



REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NA HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD - 2015

Juliana Aparecida Nunes ¹

Luis Fernando Cerri ²

INTRODUÇÃO

Resumo: Esta pesquisa apresenta os resultados do trabalho de conclusão de curso que busca compreender de que maneira os negros são representados ao longo da História do Brasil por meio da análise de Livros Didáticos de História. Para isso, são abordados pontos cruciais como a trajetória do negro no Brasil, o mercado editorial e todas as tensões que permeiam a produção, distribuição e utilização de Livros Didáticos. Também, são mencionados conceitos de extrema importância para a Didática da História como mediação didática, consciência histórica e formação de identidade. Foram escolhidos livros pertencentes ao Programa Nacional do Livro Didático- PNLD de 2015, por serem os mais recentes a estarem nas escolas. O critério de seleção entre todas as coleções foi utilizar as mais vendidas por estarem em maior número nas escolas de todo o Brasil, atingindo diversos estudantes. Para isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referente às coleções mais vendidas por componente curricular. Por meio do levantamento bibliográfico feito, percebeu-se que a maioria das pesquisas voltam-se ao período de escravidão e ao Ensino Fundamental. Através da análise dos guias dos livros didáticos mais recentes- de 2013 a 2017- ficou claro que é muito restrita a abordagem do negro no período pós-abolição. Por esse motivo, esse trabalho pretende analisar as representações dos negros nos livros do Ensino Médio durante o Período Republicano.

Essa pesquisa teve como motivação os mais de dez anos da promulgação da Lei 10.639 de 2003, pela qual tornou-se obrigatório incluir o conteúdo de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de nível fundamental e médio. Sendo o Livro Didático um importante alicerce para os professores e um material bastante utilizado em sala de aula, surgiu a curiosidade de entender como esses livros representam os negros na História do Brasil. Para isso, foi realizada uma análise com os Guias dos Livros Didáticos, que são disponibilizados aos professores para que eles possam escolher os materiais que utilizarão em sala de aula por meio de uma descrição das coleções. Nesses Guias também é feito um parecer geral de todos os materiais, ressaltando pontos positivos e negativos. Foram utilizadas essas descrições gerais das coleções dos anos de 2013 (por já ter passado dez anos de promulgação da lei) a 2017 (por serem os mais atuais a estarem disponíveis nas escolas públicas) para entender quais os progressos e barreiras quando se diz respeito à questão dos negros.

Por fazerem parte de ciclos trienais, os cinco guias utilizados foram destinados a níveis de ensino diferentes. Os de 2013 e 2016 destinavam-se aos anos iniciais do Ensino Fundamental, os de 2014 e 2017 aos anos finais do Ensino Fundamental e o de 2015 ao Ensino Médio. De forma geral o que ficou perceptível com esses guias (BRASIL, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017) é que nos últimos anos no que se refere a questão da presença dos negros nas coleções aprovadas pelo PNLD- Programa Nacional do Livro Didático- ocorreram vários avanços. Aos poucos eles estão deixando os negros integrados aos capítulos gerais dos livros e não mais em capítulos apartados. Eles passaram a dar maior ênfase às questões que envolvem a resistência negra, a escravidão e a cultura africana como fundamental para a formação de uma cultura brasileira. Um ponto levantado por eles como fundamental nessa questão é o avanço da legislação que aborda essa temática na educação e a preocupação do MEC- Ministério da Educação- para que essa demanda seja cumprida pelos livros didáticos, fazendo parte até mesmo das avaliações.

Apesar disso, os guias dos livros didáticos apontam que ainda existem muitos desafios a serem superados quando se refere a essa temática. Um ponto negativo destacado e visto como um ponto a ser superado é que apesar de ser feito um bom trabalho referente às questões que envolvem a escravidão, os negros praticamente somem das narrativas no período pós-abolição e é pouco debatida a situação que se encontram essas pessoas na atualidade. Esses resultados obtidos acabaram encaminhando a pesquisa a

¹ Licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: juu.a.nunes@gmail.com

² Orientador. Doutor em Educação pela Unicamp. Professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

dar foco na forma como os negros são representados ao longo da República, para assim entender como esses manuais didáticos estão conseguindo suprir essa demanda.

Com base num levantamento feito de pesquisas que se dedicaram a estudar os livros didáticos na atualidade revisados para essa monografia (vide capítulo 2, no qual se encontra mais claramente algo sobre revisão bibliográfica realizada), ficou perceptível que a grande maioria dos trabalhos se voltaram a estudar alguma temática em livros do Ensino Fundamental e buscaram fazer uma reflexão sobre rupturas e permanências entre obras de períodos diferentes. Por esse motivo, a opção dessa pesquisa é por analisar os livros do Ensino Médio, mais especificamente o livro do terceiro ano, por ser nessa série que o Período Republicano é estudado, do PNLD de 2015, por serem os mais recentes a estarem nas escolas e serem os únicos posteriores aos dez anos da Lei 10.639/03 referentes a essa fase do ensino. Nos trabalhos referentes aos negros nos manuais didáticos foi possível perceber que eles aparecem no ensino e na divulgação da História do Brasil principalmente no período da escravidão.

Se tratando das narrativas que contemplam os negros por meio do ensino da História nas escolas, é perceptível que há a falsa sensação de que todos os problemas que envolvem esses indivíduos na atualidade têm relação exclusivamente com o período de Escravidão. Isso acaba apagando os preconceitos, repressões e dificuldade para ascender socialmente nesse período. Também, são deixadas de lado as mais diversas lutas por direito e as formas de organizações que eles encontraram para tentar mudar a realidade em que se encontravam.

Nascimento (2005), em seu trabalho intitulado “Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolicionismo no ensino de História”, analisa questões abertas de vestibular que indagam sobre a condição dos indivíduos negros no período após o fim de regime escravista. As respostas encontradas remetem a um total apagamento dessas pessoas ao longo da República e muitas vezes eles aparecem de forma estereotipada, sendo ligados diretamente ao crime, prostituição e a miséria.

Essas formas de representar os negros fazem parte de uma construção social, que é feita para considerar a cor como um fator de desigualdade. José D’Assunção Barros (2009) em seu livro “A construção social da cor: diferenças e desigualdades na for-

mação da população brasileira” traz essa discussão pautada nos conceitos de igualdade, desigualdade e diferença.

Ele define o conceito de diferenças como o oposto a igualdade, que fazem parte da natureza humana e não podem ser mudadas, como por exemplo a diferença de idade entre dois indivíduos. Já as desigualdades são construídas por meio de processos históricos para a legitimação de algumas pessoas em relação a outras e estão sujeitas a mudanças. A questão de diferenciação da pele está situada no campo das desigualdades, já que não há como definir um padrão absoluto branco ou negro, pois existem vários tons de pele, formatos de cabelos e nariz. Uma outra justificativa para situá-la nesse campo é que a ideia de “negro” foi construída pelos brancos, já que os povos africanos diferenciavam-se por tribos.

Partindo da ideia de que as desigualdades são reversíveis, destaca-se a importância do ensino como um campo estratégico para que isso aconteça. Nele, acontece a transmissão de valores que podem ser incorporados à consciência histórica dos estudantes, podendo interferir também na forma como esses estudantes se identificam e identificam aos demais. Sendo os livros didáticos uma das mais importantes ferramentas do ensino de História (RÜSEN, 1997, p. 79), é necessário compreender como os negros estão sendo representados nesses livros.

A ideia inicial desse trabalho era utilizar as dez coleções de História mais vendidas em todo o país. Por isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referentes à quantidade de livros distribuídos por componente curricular. Mas por algumas análises demandarem mais tempo do que o calculado, optou-se por utilizar as cinco coleções mais vendidas nas análises que foram necessários um maior tempo para serem realizadas e manter as dez coleções apenas na análise quantitativa de imagens.

No primeiro capítulo será debatida a História dos negros no Brasil com enfoque no período republicano, mostrando sua trajetória desde a abolição da escravidão até a atualidade. Também serão abordados os diversos posicionamentos dos pesquisadores das ciências sociais referente a questão dos negros no Brasil ao longo do tempo, além da trajetória de lutas e diferentes perspectivas ao longo do tempo no que se refere aos Movimentos Negros e especificamente a sua luta por representação na educação.

No segundo capítulo serão tratadas as questões teórico-metodológicas dessa pesquisa. Nele será feito uma breve discussão sobre a Didática da História- área em que essa pesquisa se encontra- e alguns conceitos importantes para ela, além do levantamento de pesquisas feitas sobre livros didáticos na atualidade, alguns conceitos importantes quando se fala de livros didáticos, o processo de escolha dos livros e as metodologias específicas utilizadas para cada uma das análises feitas.

No terceiro capítulo abordaremos os resultados alcançados com a pesquisa por cada uma das análises desenvolvidas. Foram realizadas análises quantitativas e qualitativas. Por meio delas, é perceptível que o lugar destinado aos negros nesses materiais é ainda muito restrito.

1. OS NEGROS NAS REPRESENTAÇÕES DO BRASIL E SUA HISTÓRIA

Para compreender a situação e representações dos negros ao longo do Período Republicano faz-se necessário levantar alguns aspectos históricos importantes. O primeiro ponto a ser pensado refere-se ao contexto pós-abolição e as condições precárias enfrentadas por eles a partir desse momento.

Outro fator a ser levantado é que o preconceito racial, ao contrário do que muitos pensam, não tem sua raiz apenas na escravidão, mas foi construído também ao longo da República, quando foi remoldado para aplicar-se ao novo contexto brasileiro. Conforme José D'Assunção Barros (2009, p. 51):

Desconstruída a escravidão pelo posterior processo abolicionista, a percepção de uma diferença “racial” entre negros e brancos continuou contudo a fazer parte das percepções sociais mais significativas. A cor, na realidade brasileira pós-colonial passou então a constituir uma diferença que habita o plano da essencialidade social e política. Mas a verdade é que a percepção desse tipo de diferença enfaticamente calcada na cor é uma questão cultural [...]

Para isso, vários intelectuais mobilizaram-se ao longo do tempo para pensar a questão racial.

Também, é preciso pensar no que diz respeito às mais diferentes formas de resistências e lutas que esses grupos encontraram para tentar garantir seus direitos, sendo a principal delas através do Movimento Negro. Segundo Amílcar Araújo Pereira (2013 p. 109-130) quando se trata de organização

política, ele pode ser dividido em três fases diferentes: a primeira se iniciaria com a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931 e se encerraria em 1937 com o fechamento da mesma pelo governo de Getúlio Vargas. A segunda se daria a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, tendo como principal marco a criação do Teatro Experimental do Negro e atuando até a ditadura militar. Já a terceira fase, chamada de movimento negro contemporâneo tem início em 1978 com a criação do Movimento Negro Unificado- MNU. Cada uma dessas fases possui lutas diferentes.

Nessa última fase novas formas de reivindicação entraram em discussão. Uma delas se deu no campo educacional. Eles passaram a pedir a revisão de preconceitos no ensino, a valorização da sua cultura e professores capacitados para trabalharem com os temas envolvendo a cultura afro-brasileira.

Ao longo desse capítulo serão abordadas questões que envolvem a situação dos negros no Período Republicano, a trajetória do movimento negro, o desenvolvimento de teorias raciais brasileiras para explicar o preconceito racial e a mudança dessa perspectiva e a luta travada por direitos no campo educacional.

1.1 TRAJETÓRIA DOS NEGROS NO PERÍODO REPUBLICANO: ENTRE RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS

Desde a chegada dos negros no Brasil, foi estabelecida uma situação de desvantagem em relação aos brancos, dado o próprio contexto no qual essa chegada se deu: uma mudança forçada, para atender necessidades de mão de obra, na condição de mercadoria, enfim, numa situação que, para se reproduzir no tempo, necessitou de operações ideológicas que passaram por elaborar e disseminar uma visão sobre a população negra escrava como objetos e inferiores. Além dessa marca de origem no escravismo, o racismo é sustentado pelo cientificismo do Século XIX, que defende a ideia de superioridade da “raça” branca e distorce a teoria darwinista para justificar as hierarquias. Em contraposição a estes componentes de domínio e controle, a trajetória do negro no Brasil foi marcada pelas mais diversas lutas, entre elas a fuga para os quilombos, as diferentes formas de resistências e a luta pelo fim da escravidão através do movimento abolicionista

(GOMES, 2011).

A escravidão foi abolida sem nenhuma indenização ou apoio aos negros para se estabelecerem como cidadãos em condições de igualdade. A abolição em si comoveu a população e também foi ocasião de grande esforço para disputar no âmbito da memória a consagração dos grandes heróis. Essa disputa envolvia os defensores da monarquia e os republicanos. Os defensores da monarquia exaltavam a Princesa Isabel como grande heroína desse processo, dessa forma buscavam garantir apoio popular, principalmente dos recém-libertos. Já os republicanos criticavam a monarquia por tentar usurpar dessa conquista. A população negra participou ativamente de mais essa luta. Uma grande parte dos negros defendiam a monarquia, pois atribuíam a ela sua libertação da escravidão e por medo de que o governo republicano lhes tirasse de alguma maneira a liberdade finalmente conquistada, mas ainda haviam negros que apoiavam a República em busca dos valores de liberdade e igualdade que eram ideais dessa nova forma de governo (ALBUQUERQUE, 2010, p. 94-96).

Mesmo com o fim da escravidão em 1888 e o fim do Império em 1889, os negros continuaram sendo alvos de preconceito pela sociedade em geral. Murinelli (2010, p.852), parafraseando Lilian Schwartz, mostra que com o fim da escravidão e o empenho das classes dominantes contra mudanças mais profundas, fez-se necessário um novo projeto político para o Brasil que justificasse a permanência das hierarquias sociais existentes. Esse projeto encontrou subsídios no darwinismo social, que responsabilizava a miscigenação entre brancos, negros e indígenas pelo “atraso” do Brasil. Através dessa teoria, intelectuais brasileiros criaram um pensamento racial próprio. Apesar de condenarem a miscigenação, viam nela uma das formas de tentar melhorar a sociedade através da política de branqueamento, desenvolvida pela República e vista como solução para falta de desenvolvimento do país.

Segundo Santos (2015, p.15-22), por meio dessa política, o Brasil passou a incentivar a vinda de imigrantes somente da Europa através da primeira constituição republicana. Conforme as legislações da época, os negros que até o Império eram vistos como meros objetos, na República passaram a serem vistos como cidadãos de segunda categoria. Buscando atrair mais imigrantes europeus, o governo brasileiro passou a patrocinar intelectuais para participarem de congressos internacionais e propa-

garem a ideia de que em menos de um século não existiria mais mestiços e negros e indígenas iriam sumir.

Essa política – entre outros fatores – serviu para inferiorizar ainda mais o lugar do indivíduo negro na sociedade, expulsando-os dos centros das cidades e desvalorizando tudo que tivesse relação com a cultura negra e indígena, buscando assim os ideais de progresso europeu. Além disso, foram negados aos negros direitos essenciais como à saúde, educação e ao emprego, visto que a prioridade de mão-de-obra era a imigrante, com a justificativa de que estes estariam acostumados com a nova realidade de trabalho livre e assalariado, assim gerando reserva de mão-de-obra e deixando o trabalhador negro em segundo plano com trabalhos menos rentáveis ou com remuneração disfarçada (NASCIMENTO, 2005, p. 16-18).

Desde a década de 1930, a intelectualidade brasileira passou a preocupar-se com a busca pela modernização, progresso e com a superação do modelo de Brasil anterior. Nesse mesmo contexto, Gilberto Freyre publicou sua obra “Casa Grande e Senzala”, na qual transmitiu a ideia que as relações entre senhores de engenhos e escravos eram pacíficas, por isso, o país se consolidou sem discriminação ou preconceito. O mito da existência de uma democracia racial (que será discutido com mais ênfase mais a diante) ultrapassou os âmbitos acadêmicos e estava presente na sociedade em geral, sendo disseminada por todas as pessoas e ultrapassando barreiras de classe social e regionalistas. O Brasil passou a ser considerado por muitos outros países um exemplo, no qual as diferentes raças conviviam pacificamente, sem conflitos e sem diferenças. Um grande problema disso é que essa atitude de negar que existe diferenças raciais no país geram um preconceito velado, mas muito perverso e, por isso não é dada a devida atenção a ele (SIQUEIRA, 2005, p. 107-115).

Apesar de todos os estereótipos sobre os negros criados durante o período republicano, a população negra persistiu em busca de seu espaço na sociedade de formas distintas, e a educação foi uma das principais alternativas. As escolas passaram a serem vistas no período republicano como uma das maneiras de propagar a nova forma de nação que estava sendo construída, tentando levá-la a grande maioria da população, mas essa educação formal era negada aos negros. Por isso, esses indivíduos criaram suas próprias instituições de ensino.

Conforme Durante (2006, p. 43-52), foram

criadas entidades negras que possuíam caráter cívico e recreativo, educacional e assistencialista, com isso buscavam o fortalecimento de sua identidade e a defesa de seus interesses. Duas entidades destacadas pelo autor, que além de tudo isso ainda imprimiram caráter político as suas lutas, foram o Centro Cívico Palmares e a Frente Negra Brasileira. Um dos objetivos da educação desses negros era transmitir a moral vigente na sociedade, buscando a integração com a sociedade branca. Para isso, tentavam se afastar da imagem negativa construída em relação aos negros e incorporavam valores da cultura hegemônica. Porém, eles valorizavam seu passado e visavam a construção de uma identidade coletiva através do conhecimento dos antepassados considerados importantes para sua história, cantos, rituais, conhecimento da cultura e estudo de intelectuais negros.

Outra forma de politização dos negros e de seus movimentos sociais foi a Imprensa negra. Esses jornais envolviam vários grupos que se classificavam como “associação de homens de cor”. A partir de 1915 passaram-se a multiplicar o número de títulos referentes a essa imprensa. Por meio da análise desses títulos fica evidente a variedade de posições tomadas pelos negros ao longo do período republicano e que até mesmo dentro do mesmo grupo existiam diferenças de posicionamentos. Um dos primeiros conflitos a aparecer nesses jornais é entre os monarquistas e republicanos, sendo os primeiros mais ativos e sempre escreviam texto exaltando a monarquia, tanto que marcaram presença até a década de 1920. A partir de 1930, os negros se dividiram em relação aos conflitos entre comunistas e integralistas. Alguns integralistas fizeram discursos radicais anticomunistas disfarçados de nacionalismo, mas havia ainda os que defenderam um pensamento nacional-socialista, contrariando as ideias fascistas dos demais jornalistas. Até mesmo a questão envolvendo a ideologia racial dividia os negros. Uma parte acreditava que o Brasil era um país com pouco preconceito e que isso dava-se mais por questões de classe social e não racial. Outros eram contra a ideia de democracia racial e favoráveis a um movimento mais radical como ocorreu nos Estados Unidos. Essas divergências de posicionamentos políticos dificultavam uma maior unificação entre eles (LIBERAC e PIRES, 2005, p. 69-89).

Em 1926, no estado de São Paulo foi criada uma organização de negros: o Centro Cívico Palmares. Seu nome foi inspirado no Quilombo de Palmares e toda luta e resistência vivida por eles. O contexto de

criação dessa organização se deu ao longo dos anos de crise e grande descontentamento da população de forma geral com o país. Isso ocorreu nos anos antecedentes a Revolução de 1930. Esses indivíduos se organizaram e foram para as ruas lutar por seus direitos. Ela foi importante para a criação da FNB, já que muitos membros participavam das duas organizações (PEREIRA, 2013, p. 18-19).

A partir da experiência com a Imprensa Negra e o Centro Cívico Palmares, eles se articularam e compuseram a Frente Negra Brasileira- FNB- em 1931, uma organização de caráter político, que buscava garantir melhores condições de vida aos negros através de questões envolvendo saúde, educação e moradia. Em 1936, transformou-se em partido político, mas devido ao início do Estado Novo em 1937, acabou sendo considerado como irregular, assim como muitos outros partidos políticos. Apesar disso, ganharam forças novamente a partir de 1945 com a redemocratização do Brasil. Nesse mesmo ano, aconteceu a Primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro (MUNANGA, 2005, p. 136-137).

Um ano antes, em 1944 foi criado por Abdias Nascimento, ator, economista e ativista negro, o Teatro Experimental do Negro- TEN- no Rio de Janeiro. Ele militou na Frente Negra Brasileira e acabou se aproximando de intelectuais que por compartilharem das mesmas ideias, aderiram ao seu projeto. Seu propósito era reclamar do lugar reservado ao negro na sociedade através da representação artística. Eles encenavam desde peças clássicas como as escritas por Shakespeare e peças escritas por próprios membros do grupo, tendo como base a dramatização africana. Léa Rodrigues, atriz do TEN, ficou em segundo lugar no Festival Internacional de Cinema de Cannes. O grupo cresceu rapidamente. Um problema apontado por Siqueira (2005, p. 126) é que o teatro só era acessível à elite e era muito difícil isso chegar aos demais negros. Esse grupo patrocinou três importantes eventos relacionados aos negros sendo eles a Conferência Nacional do Negro em 1946, a Convenção Nacional do Negro em 1949 e o I Congresso Nacional do Negro em 1950.

Segundo Amílcar Araújo Pereira (2013, p. 123-125), outras instituições com o mesmo caráter do TEN foram criadas nesse mesmo período. Em 1943 Solano Trindade criou o Teatro Popular Brasileiro, nesse mesmo ano foi criada a UHC- União dos Homens de Cor, em Porto Alegre e Correia Leite, por sua vez, criou a Associação dos Negros Brasileiros.

Porém, em 1964 foi implantada no Brasil a Di-

tadura Civil-Militar e essas organizações acabaram sofrendo grandes repressões e foram perdendo forças. Ao longo desse regime muitas acabaram se dissolvendo. Segundo Rubia Caroline Janz (2016, p. 45) isso ocorreu com o TEN, que foram acusados de praticar o “racismo reverso”, o que obrigou Abdias Nascimento a se exilar nos Estados Unidos. Como já foi citado anteriormente, esses grupos utilizavam de meios de comunicações como os jornais para divulgarem seus ideais, mas por conta da censura acabaram perdendo essa forma de ação.

Ao longo da década de 1970, os ativistas negros de diferentes estados passaram a se articular em busca dos mesmos objetivos. Um ponto interessante é que as lideranças dessas organizações nesse momento eram jovens que não haviam militado nas décadas anteriores em grupos como a FNB e o TEN. Isso se deu por conta de muitos ativistas dos anos anteriores estarem sendo perseguidos ou na clandestinidade, por isso era necessário que novos nomes que não estivessem em condição de repressão assumissem essa luta. Porém, as antigas lideranças dessas organizações não deixaram de participar desse processo.

O movimento negro nesse contexto brasileiro foi fortemente impulsionado pelas experiências de outros países como o movimento negro americano e o Pan-africanismo bem como pela trajetória de luta que aconteceu no Brasil dos anos anteriores. Diferentemente da estratégia das décadas anteriores, eles não buscam mais a integração na sociedade através da assimilação da cultura branca, mas veem a importância de lutar pela construção de uma identidade negra e valorização da sua própria cultura. Conforme Munanga:

Contrariamente aos movimentos anteriores, cuja a salvação estava na assimilação do branco, ou seja, na negação de sua identidade, eles investem no resgate e na construção de sua personalidade coletiva. Eles se dão conta de que a luta contra o racismo exige uma compreensão integral da sua problemática, incluída aí a construção de sua identidade e sua história, contada até então apenas do ponto de vista do branco dominante. (2005, p. 138)

Em 1978, em São Paulo foi criado o MNU- Movimento Negro Unificado, tendo membros dos mais diversos estados do país. Ele é considerado como o mais importante passo dado pelo movimento negro contemporâneo. Nesse momento, as lutas pelo fim da ditadura estavam mais intensas e já era perceptível sinais de uma abertura política e esse movimento esteve envolvido nesse contexto. Anteriormente,

o Movimento Negro lutava por uma integração na sociedade de qualquer maneira, já a partir desse momento eles passaram a lutar por igualdade na sociedade. O primeiro ato seu deu na frente do Teatro Municipal de São Paulo, devido à morte e tortura de um militante negro e pela segregação dos atletas do Clube de regatas do Tietê (PEREIRA, 2013, p. 251).

A partir disso, o MNU passou a articular-se com outros movimentos sociais e partidos de esquerda que apesar de possuírem suas próprias pautas visavam algo maior e possuíam o mesmo objetivo em comum: a redemocratização do Brasil. Além disso, passaram a organizar-se em massa e a debater com maior intensidade o mito da democracia racial, que nesse momento já havia se espelhado pela sociedade.

Na década de 1980, com o fim da Ditadura Militar e o início da Redemocratização, os negros conquistaram cada vez mais espaço e buscaram uma nova forma de atuação:

Esses passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário, trazendo outro conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política. O Movimento Negro indaga a exclusividade do enfoque sobre a classe social presente nas denúncias da luta dos movimentos sociais da época. As suas reivindicações assumem caráter muito mais profundo: indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissos diante da centralidade da raça na formação do país (GOMES, 2011, p.111).

Os anos de 1990 foram marcados pela volta do regime democrático. Os movimentos negros continuaram a exigir seus direitos por meio de políticas afirmativas e reconstrução da sua memória coletiva. Em 1995 foi realizada a Marcha de Zumbi de Palmares contra o racismo, mobilizando mais de 30 mil pessoas. Apesar disso, poucas coisas foram conquistadas nesse contexto ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, pois ainda havia vestígios das ideias de que o preconceito dava-se mais pela questão de classe social que racial (JANZ, 2016, p. 49-51).

1.2 AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DOS NEGROS

Após o fim da escravidão, a classe dominante, mais especificamente os brancos e livres, precisava

de novas formas de manter seu lugar privilegiado na sociedade em relação aos negros, pois as diferenças existentes entre pessoas livres e escravizadas já não cabiam mais como forma de distinção. Os negros, que anteriormente eram simplesmente deixados de lado até mesmo nas narrativas que se ocupavam em escrever sobre o Brasil, passaram a preocupar os intelectuais brasileiros. Então, encontraram subsídios nas teorias raciais do final do Século XVIII e início do século XIX vindas do exterior e readaptaram-nas para o contexto brasileiro, assim reproduzindo um discurso de superioridade da “raça” branca.

Além do fim da escravidão, outro marco importante dessa mesma época foi o início da República, com ela surgiu a necessidade da construção de um sentimento de nacionalismo e a ideia de identidade brasileira. Isso acabou causando grandes preocupações por parte da intelectualidade brasileira, pois agora existiam os cidadãos que deixaram de ser escravizados e faziam parte da identidade nacional, mas a grande preocupação era “como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisa e força animal de trabalho ainda não mudou?” (MUNANGA, 2005, p. 132). Surgia a difícil tarefa de unir elementos diferentes para constituir a noção de um povo.

Duas linhas utilizadas para explicar o evolucionismo europeu eram a questão do meio favorável (clima e relevo) e a questão de possuírem uma “raça” considerada superior. Segundo Renato Ortiz (2006, p. 15-21), alguns pensadores brasileiros, percebendo a grande diferença do contexto nacional com o da Europa e buscando compreender o “atraso” do Brasil, dedicaram seus estudos a tentar reverter essa situação. Nomes como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Oliveira Viana tentaram de formas distintas trazer novidades envolvendo esse dilema.

O inglês Buckle trouxe em seus estudos uma explicação para o “atraso” brasileiro e a dificuldade de incorporação dos valores europeus. Para ele, isso ocorria devido à presença de ventos alísios no país, ou seja, um fator referente ao meio. Os intelectuais brasileiros citados acima tentaram combater esse pensamento, apesar dos próprios usarem em seus estudos esse fator (ORTIZ, 2006, p. 18). Um exemplo disso é a obra “Os sertões” de Euclides da Cunha. Nela, ao abordar o conflito que aconteceu em Canudos, o autor dividiu a sua obra em três par-

tes, sendo uma delas dedicada à terra (o meio).

Os pensadores brasileiros acabaram dando ênfase na questão racial como o maior empecilho para a evolução nacional. Houve o reconhecimento por parte deles da existência dos três elementos formadores da sociedade brasileira, sendo elas o negro, o indígena e o branco- este considerado superior. Entendendo que existia aqui duas raças consideradas inferiores, eles passaram a valorizar a figura do elemento mestiço. Por meio desses, seria exercida a política do branqueamento. Isso se daria pelo aumento da população branca por meio da vinda de imigrantes europeus e através da mestiçagem iria se diluindo aos poucos o fenótipo negro até chegar ao ponto dessa cor desaparecer da sociedade.

Conforme Munanga (2005, p.132-133), em 1930 o Brasil passava por um momento de trilhar novos caminhos na política e uma das preocupações desse contexto eram as questões sociais. As teorias raciais anteriores já não eram suficientes para explicar a realidade Brasileira. Em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre publicou sua obra “Casa Grande e Senzala”. Por meio dela, ele deixou de lado fatores biológicos e colocou como eixo central a questão cultural. Ele trouxe a ideia de que as três raças contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira. Mas esse intelectual também trouxe como consequência o mito da democracia racial. Ele afirmava que no Brasil não havia preconceito devido à miscigenação. Isso passou a influenciar inúmeros estudos com essa mesma perspectiva, assim garantindo a inferioridade dos negros e mulatos por meio de uma base intelectual e culta.

O ano de 1945 foi marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, o que acarretou na derrota dos regimes autoritários no mundo todo, até mesmo no Brasil. Conforme Siqueira (2005, p. 109), as atrocidades que aconteceram ao longo da guerra acabaram deixando marcas profundas no mundo todo. Havia uma necessidade de superação das diferenças e do preconceito. Os intelectuais começaram a questionar o seu lugar no mundo e a importância de escrever para a multidão. Porém, Freyre divulgou seus estudos no exterior e o Brasil passou a ser considerado o grande exemplo a ser seguido no mundo todo por não existir preconceitos entre as diferentes raças e que todos conviviam em harmonia.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, uma pesquisa patrocinada pela UNESCO, no departamento de Ciências Sociais, questionou a ideia de o Brasil ser de fato uma democracia racial que poderia servir

de exemplo para os diversos países do mundo todo. O resultado foi que a democracia racial era um mito e que nunca havia existido, era só uma forma de preconceito velada. Isso colaborou para o início de uma desconstrução das ideias predominantes anteriormente.

Nessa época, vários intelectuais, entre eles Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, passaram a rever as considerações de Freyre por meio de censos demográficos que constatarem as grandes diferenças existentes com relação aos aspectos socioeconômicos entre negros e brancos. Pautados por uma historiografia marxista, passaram a analisar as condições dos negros pelo viés das classes sociais, buscando respostas na História para a situação dos negros. Esses novos estudos mostraram o fator racial como algo determinante nas grandes desigualdades socioeconômicas existentes no Brasil. A obra “A Integração do negro na sociedade de classes” de Florestan Fernandes é considerada um grande marco nesse sentido (NASCIMENTO, 2005, p. 16-18).

Novos estudos a partir de 1980 passaram a questionar a ideia de que o preconceito com os negros era resultante de problemas envolvendo as classes sociais. Os intelectuais perceberam que a discriminação racial é uma forma de assegurar o privilégio dos brancos, por isso, ele vai se moldando conforme o interesse destes. Os estudos historiográficos desse contexto que voltavam-se ao período de escravidão mudaram de perspectiva e passaram a ver os negros como pessoas com interesses diferentes, que lutaram por seus direitos e buscaram melhorar suas condições de vida. Essa forma de analisar a questão do negro continua predominante na sociedade e nos estudos que a eles se referem.

1.3 MOVIMENTO NEGRO E A BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL

É no contexto de multiplicação de perspectivas historiográficas e de questionamento das formas totalizantes de escrita da história, como é o caso do eurocentrismo, e de visões que desconsideram as questões de sexualidade, gênero e raça, que se consolidam as pós-graduações no Brasil e que grupos de intelectuais negros passam a produzir sobre si (CARVALHO, 2014). A partir de 1980, período pós-ditadura e de redemocratização, a educação e o Ensino de História ganham novas perspectivas.

Na década de 1990, graças à pressão exercida fortemente pelo movimento negro a partir desse período, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 traz algumas mudanças importantes, tais como: a autonomia do docente, um currículo flexível e inclusão e diversidade na educação, mas nada que se referisse especificamente aos negros (PEREIRA, 2008, p. 22).

Apesar dos grandes avanços, ainda não havia algo que abordasse diretamente os negros na questão educacional. Somente em 2003, no governo Lula, foi promulgada a Lei nº 10.639 que tornou obrigatório o Ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira em toda a educação básica, pública e particular. Essa Lei foi bastante significativa no que diz respeito a inclusão de questões referentes a história do negro brasileiro e de seus antepassados africanos, mas ao mesmo tempo trouxe uma série de questões urgentes a serem pensadas.

A grande maioria dos professores que atuavam em salas de aula no contexto pós-promulgação da Lei não possuíam conhecimentos suficientes para trabalhar com essa temática devido à deficiência desse conteúdo em sua formação como professor, o que até hoje afeta a relevância com que esses temas são trabalhados em sala de aula. Por isso, fica evidente a necessidade de investir em cursos de profissionalização para professores já atuantes em sala de aula, no qual seja possível tentar preencher o espaço vazio referente a História e cultura Afro-brasileira na formação desses indivíduos. Além disso, as licenciaturas em História sofreram fortemente o impacto da implementação dessa nova Lei, pois por se tratar da cultura e História Afro-brasileira, a disciplina de História torna-se um lugar estratégico para trabalhar com essa temática. Vale lembrar que esse tema não deve ser trabalhado apenas pela disciplina de História, mas sim por todas as disciplinas existentes no currículo escolar.

Com a deficiência da formação dos professores, o Livro Didático ganhou ainda mais relevância no que diz respeito a essa área. Devido à promulgação da Lei 10.639/2003, a questão dos negros tornou-se critério de avaliação por parte do Estado e dos professores, e, portanto, os livros sofreram pressões por adaptação para suprir a demanda dos conteúdos e dos objetivos referentes à Lei, de forma clara e isenta de estereótipos e preconceitos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Para refletir sobre a metodologia utilizada para analisar os livros didáticos foi necessário compreender de que maneira os estudos feitos com esse objeto se propõem a realizar essa tarefa. Com isso, ficou evidente que a maioria desses trabalhos fazem uma análise qualitativa e na maioria das vezes dando pouca ênfase às imagens e em uma análise com aspectos mais quantitativos.

Com relação aos livros didáticos, é reconhecido que existem estudos que partem de diferentes perspectivas, mas para esse trabalho foi feita a escolha de partir da Didática da História e dos conceitos de consciência histórica e a mediação entre os saberes acadêmicos e escolares.

Segundo Rüsen (1997, p. 81) “la consciencia histórica es al mismo tiempo el ámbito y el objetivo del aprendizaje histórico”. Sendo a formação da consciência histórica o objetivo da aprendizagem por fornecer orientação para a vida prática e acabar resultando na tomada de decisões dos indivíduos, os livros didáticos devem ser pensados por essa perspectiva. O que eles representam ou deixam de representar, como representam pode contribuir para isso e também para a formação de identidades.

Entretanto, sabe-se que a consciência histórica não é construída apenas no ambiente escolar, mas que ela abrange todas as formas de conhecimentos históricos não científicos presentes na sociedade, como por exemplo as mídias e os livros (CARDOSO, 2008, p. 165; SADDI, 2010, p.64).

Em seu texto intitulado “El libro de texto ideal”, Rüsen traz algumas contribuições sobre a maneira que o livro didático deve ser estruturado e no que ele deve implicar. Uma delas é a de que

la materia presentada tiene que guardar una relación con las experiencias y expectativas de los alumnos y alumnas, sobre todo con su estimación general, específica de cada generación, de sus propias oportunidades en la vida, y además con las experiencias del día al día, como son la situación de la infancia y juventud, la situación del colegio, y también el conflicto entre generaciones (1997, p. 84).

Ou seja, para saber se um determinado conteúdo deve ou não estar presente em um livro didático, ele deve contribuir para que o estudante compreenda o presente e a situação que se encontra no mundo.

Ana Zavala (2014), em seu artigo “Para leer un manual de historia. Una mirada desde las herramientas de análisis”, traz a ideia de que muitas vezes os

pesquisadores que estudam os manuais didáticos se distanciam da realidade dos estudantes e professores e acabam os considerando como uma variável independente, o que não são. Os livros didáticos dependem do enfoque dado pelos professores a eles, se será como um complemento da aula, se a classe se encaminhará por ele ou se será utilizado para desconstrução de ideias; da forma como os estudantes vão utilizá-lo, se lerão ou não e se considerarão o que nele está escrito; do diálogo com a historiografia feito na sua composição e com as políticas voltadas a eles.

Pensando nesses fatores, esse segundo capítulo objetiva-se a discutir alguns desses conceitos, bem como a metodologia de análise dessa pesquisa e todo o processo de construção da mesma.

2.1 DIDÁTICA DA HISTÓRIA, CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E MEDIAÇÃO DIDÁTICA DOS SABERES:

A Didática da História é uma disciplina voltada para o ensino de história, na qual a maior preocupação é com o que foi ensinado em história, o que efetivamente é aprendido, o que deveria ser e de que forma isso acontece. A preocupação com a forma de se aprender a história é antiga, mas durante o século XIX, com a transformação da história em ciência com seus próprios métodos, os historiadores deixaram esse campo de lado. Segundo Rüsen:

a cientificação da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com vida prática. Desse ponto de vista, pode ser dito que a história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar “irracionalização” da história. (2006, p. 8)

Os estudos de didática da história voltam a ser respeitados progressivamente a partir dos anos 60 e 70 e aos poucos vão ganhando espaço novamente. Os dois principais nomes e que tiveram fundamental importância para a reformulação desses estudos foram Klaus Bergmann e Jörn Rüsen. Essa disciplina preocupa-se com três funções fundamentais: a empírica- que volta-se para como se forma a consciência histórica e o processo de ensino e aprendizagem, a reflexiva- que preocupa-se com os interesses e intenção na prática do ensino de história e a normativa- que investiga as representações e mediações na história (CERRI, 2001; FERREIRA, 2005).

Um termo fundamental para a didática da história é a noção de consciência histórica. Ela é explicada

como algo natural a todos os seres humanos, que é necessário para sua existência e que varia conforme o sentido que lhe atribuem. Conforme Cerri (2001):

o pensar historicamente é um fenômeno antes de mais nada cotidiano e inerente à condição humana, com o que pode-se inferir que o pensamento histórico vinculado a uma prática disciplinar no âmbito do conhecimento acadêmico não é uma forma qualitativamente diferente de focar a humanidade no tempo, mas sim uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo. A base do pensamento histórico, portanto, antes de ser cultural ou opcional, é natural: nascimento, vida, morte, juventude, velhice, são as balizas que oferecem aos seres humanos a noção do tempo e de sua passagem (p.100).

Se o pensar historicamente está presente nas práticas cotidianas, fica claro que os saberes formadores da consciência histórica de um indivíduo perpassam os saberes escolares, existindo muitas outras maneiras de adquirir conhecimentos históricos além da sala de aula.

A consciência histórica, de forma resumida, pode ainda ser caracterizada como a capacidade de conseguir interpretar o passado, para compreender o presente e fazer projeções para o futuro, ou seja, é a capacidade de orientar-se na vida prática. Partindo desse pressuposto, pensando especificamente nos livros didáticos, Rüsen indaga que:

En la misma medida en que son conscientes de que el saber histórico tiene y hasta que punto una función de orientación cultural en la vida de su sociedad y que el cumplimiento de dicha función es en sí misma una labor del trabajo científico histórico profesional[...] no les puede dejar indiferentes que aplicación se hace de los conocimientos históricos en los libros de historia escolares (1997, p. 79-80)

Outro conceito que está extremamente ligado a consciência histórica é a identidade, que diz respeito a sentir-se pertencente ou não a um determinado grupo, portanto um dado sempre coletivo (CERRI, 2001). Essa identidade coletiva, sobretudo quando se trata de identidade nacional, geralmente é formada através dos interesses de uma minoria dominante e historicamente propagada, entre outras formas, através do ensino. Ao incluir, excluir e hierarquizar, a produção da identidade nacional gera diferentes graus de identificação e assim algumas parcelas podem não se identificar na mesma intensidade com a narrativa histórica nacional canônica. Com isso fica implicada a possibilidade de produção e reprodução do precon-

ceito existente com alguns membros da sociedade. Os livros didáticos estão inseridos nesse processo, sendo eles importantes para formação da consciência histórica. Cerri ainda conclui que:

É o consenso (legítimo ou não, fabricado ou não) sobre o que somos e o que queremos ser enquanto grupo que condiciona a função social do ensino da história, e a sua mudança não pode ser pensada fora do processo de transformação desse consenso. (2001, p. 111)

Em se tratando de Livros Didáticos, um conceito que não deve ficar de fora é a mediação didática dos saberes. Essa mediação nada mais é do que a ideia de didatizar dois saberes diferentes em suas propostas entre si: o saber acadêmico- considerado científico e o saber escolar- o passado nas escolas e avaliado através da aprendizagem dos estudantes. A ideia de didatizar esses saberes significa através do saber acadêmico produzir um segundo saber de forma que esse fique mais acessível e compreensível aos estudantes. (FERREIRA, 2005b). Cabe aqui ressaltar que os dois tem a mesma importância e que o escolar produz seu próprio conhecimento, não apenas reproduzindo o acadêmico.

Esse processo de mediar o saber acadêmico e escolar é o que ocorre com os livros didático, pois segundo Ferreira:

O conhecimento não é simplesmente transportado para os materiais didáticos, ocorre toda uma reelaboração, uma didatização desse conhecimento científico, para que possa servir ao propósito de formar a consciência histórica e orientar a vida no presente. Sem esquecer, ainda que o conteúdo na escola não é o fim último, mas um dos meios para atingir os objetivos de desenvolver a consciência histórica, a alteridade, a cidadania, afinal de contas, a escola não quer formar historiadores mirins e nem quer crianças e adolescentes que saibam repetir como papagaios, conhecimentos específicos de todas as áreas do conhecimento. O que se espera é que o conhecimento histórico possa dar subsídios para que se oriente na vida prática, na tomada de decisões, pois entendemos que a experiência no tempo pode propiciar essa orientação. (2005a, p. 6-7)

2.2 O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA:

Os livros didáticos estão presentes no Brasil desde a chegada da família real. A primeira geração de escritores pode ser pensada a partir de 1827. Esses eram diretamente ligados à coroa e pertencentes a elite intelectual e política da época. Escreviam suas obras com o objetivo de uma formação moral e elas

eram destinadas somente as elites. Já a partir de 1888, o grupo de autores passa a ser mais heterogêneo e são valorizados os que escrevem baseados em sua experiência em sala de aula. O Livro Didático deixou de ser um manual destinado somente ao professor e passou a ser feito como material para o estudante. A partir disso, surge uma preocupação com a estética dos livros, com a colocação de imagens ilustrativas e atividades (BITTENCOURT, 2004).

Conforme Ferreira e Silva (2015, p. 210-211) o livro didático passa a ocupar um lugar importante no Brasil em 1929 “quando o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL), um órgão específico para legislar a propósito das políticas do livro didático, colaborando para maior legitimidade ao livro didático nacional”. Somente no Estado Novo surge uma preocupação efetiva com a popularização da educação e as políticas educacionais seguem avançando tendo em vista a formação da nacionalidade. Durante a Ditadura militar são implantados inúmeros órgãos responsáveis pela elaboração desses materiais didáticos e o governo passou a receber financiamento de capital estrangeiro para elaborar esses livros.

A partir da década de 80, com a redemocratização do Brasil, é que o ensino de História ganhou força como área de pesquisa. É nesse mesmo contexto que vários grupos reivindicam seus direitos que anteriormente lhes eram negados. Em 1985 é criado o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD- com o objetivo de distribuir gratuitamente livros didáticos para as escolas públicas e em 1996 esses livros passam a ser avaliados por uma comissão. Os critérios dessa avaliação foram estabelecidos pelo Ministério da Educação e a partir desse momento há uma maior preocupação com o que os manuais didáticos englobam de fato (MIRANDA e LUCA, 2004).

Os Livros Didáticos fazem parte de um grande mercado editorial extremamente lucrativo, representando mais da metade dos lucros do mercado editorial nacional. Isso faz com que as editoras e autores façam de tudo para que suas obras sejam selecionadas pelo PNLD para serem oferecidas as escolas públicas. Apesar das exigências desse programa, pode-se notar que as avaliações não são suficientes para que um livro esteja totalmente nos padrões ideais, pois se possuírem as qualidades mínimas e não incorrerem em fatores de exclusão, terão condições de aprovação e de figurar no Guia do Livro Didático. Outro ponto importante é que geralmente parte da equipe de avaliadores é composta por historiadores que não tiveram contato direto com a escola, sem

conhecer qual é a realidade em uma sala de aula. Seria interessante que esses avaliadores tivessem algum contato ou conhecimento a respeito do ambiente escolar, para assim poder fazer pontes entre a história acadêmica e a história que deve ser ensinada (CERRI e FERREIRA, 2007).

De acordo com Cassiano (2005, p. 282-284), o Livro Didático diferencia-se dos demais livros, pois é feito em função da escola e após seu ciclo de uso são descartados. Além disso, são produzidos pensando no professor que irá escolher os livros e não no leitor efetivo, que será o estudante. Após a aprovação na avaliação do PNLD, as grandes editoras passam para o processo de divulgação de suas obras e nesse momento usam de várias estratégias para conseguir vender seu produto. Os divulgadores vão até as escolas deixando exemplares de seus livros, tentando convencer os professores e equipe pedagógica a escolhê-los. Além disso, distribuem folders e fazem palestras com professores universitários visando vender suas coleções. Dessa forma, as grandes editoras acabam se sobressaindo e as pequenas, que não possuem recursos para fazer esse tipo de divulgação, acabam falindo ou passando pelo processo de fusão com as grandes editoras que possuem monopólio sobre o mercado do Livro Didático.

Através dos estudos de Munakata (1998) e Galzerani (1988) fica evidente que o livro didático é feito por meio de escolhas, pois não há como contemplar toda a historiografia. O conteúdo é didatizado de forma a tornar mais fácil a compreensão pelos estudantes, por isso, esse material deve ser julgado conforme sua capacidade de conduzir os estudantes ao pensamento histórico. Outra ideia que deve ser deixada de lado é a de que nos manuais didáticos só contém mentiras e ideologias em todo seu conteúdo e que esse foi feito pensando em favorecer a classe dominante. Além disso, não podemos desconsiderar as relações que vão além desse livro, pois professores e estudantes possuem sua própria concepção e não acatam tudo sem questionamentos.

Segundo Cerri e Ferreira (2007, p. 81): “[...] o ensino de História é também um exercício de identidade para aqueles que aprendem, na medida em que se vêem representados na narrativa, pelo menos como herdeiros daquele passado [...]”. Isso também ocorre com os Livros Didáticos, que ocupam um papel importante na representação social, pois eles podem favorecer determinados sujeitos em detrimento de outros. Por isso, esses materiais são essenciais para a construção de identidade e consciência histórica e

devem estar isentos de estereótipos e preconceitos, e ao mesmo tempo ter espaço para a representação dos diferentes sujeitos da sociedade.

De acordo com Watthier (2008), no caso específico dos negros, estes são desvalorizados ao longo do livro didático, com poucas aparições e quando aparecem, estão diretamente associados com a ideia de escravidão. Isso contribui para que o sujeito negro seja cada vez mais desvalorizados, propagando o racismo e fazem com que esse indivíduo não sinta-se pertencente àquela história contada.

2.3 LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS RECENTES EM LIVROS DIDÁTICOS:

Para a realização desse estudo foram levantados dados sobre as pesquisas feitas tendo como objeto de análise os Livros Didáticos a partir dos anos 2000, sendo elas artigos, dissertações ou teses, buscando entender dessa maneira o que é mais pesquisado na atualidade, quais as metodologias mais utilizadas e quais os temas e enfoques mais recorrentes.

Com a leitura de algumas obras foi possível perceber que a grande maioria dos trabalhos analisados utilizam como metodologia de pesquisa a análise de conteúdo. Isso não limita-se somente ao campo da História, mas também as demais disciplinas que utilizam os materiais didáticos como objeto de estudos. É o caso do artigo escrito por Souza e Germano (2009), com o título de “Análises de Livros Didáticos de Física quanto suas abordagens para o conteúdo de Física Nuclear”, eles analisam livros didáticos do Ensino Médio, particularmente os quatro mais utilizados na cidade de Natal-RN nas escolas privadas. Para realizar esse estudo, eles fazem uso da análise de conteúdo e elaboram critérios para verificar a qualidade do texto, sendo eles: clareza e coerência do texto, dimensão social dos conceitos, aspectos epistemológicos da construção da ciência, entre outros.

Outro ponto importante é que quase todos os estudos voltam-se para os livros do Ensino Fundamental e que buscam fazer estudos da mesma coleção, ou grupo de autores ao longo do tempo. Exemplo disso é a dissertação de Gobbi (2006) intitulada: “A Temática Indígena e Diversidade Cultural nos Livros Didáticos de História: Uma análise dos Livros Recomendados pelo Programa Nacional do livro Didático”. A autora busca entender como é tratada a temática indígena nos livros didáticos de

História do Ensino Fundamental de quinta a oitava série (hoje em dia do sexto ao nono ano). Os livros selecionados são do período de 1999 a 2005, todos bem avaliados e recomendados pelo Ministério da Educação. Ao todo foram analisados 16 livros, sendo 4 livros referentes ao ano de 1999, 4 livros referentes ao ano de 2002 e 8 livros referentes ao ano de 2005. Um dos principais objetivos dessa pesquisa é verificar se os materiais didáticos estão cumprindo efetivamente o que é proposto pela legislação atual e discutir as mudanças e permanências ao longo do tempo.

Outra pesquisa que segue esse mesmo caminho é a dissertação de Mariano (2006), que tem como título “A Representação sobre os Índios nos Livros Didáticos de História do Brasil”. A autora utiliza de obras produzidas no final do Século XIX/ início do Século XX e livros atuais (1990-2006). Dessa forma, busca perceber a forma como os manuais didáticos abordam e já abordaram a questão indígena, buscando assim identificar mudanças e permanências de um período para o outro. Ela faz um importante levantamento das pesquisas historiográficas e analisa como os livros didáticos a incorporam ou as deixam de lado.

Faracelli (2005), em sua dissertação intitulada “Conteúdos Pedagógicos da História como Disciplina Escolar: Exercícios Propostos por Livros Didáticos de 5ª a 8ª série” vai por esse mesmo viés. A autora estuda os exercícios presentes nos Livros Didáticos de História vendidos no estado de São Paulo. Para isso, utiliza 3 coleções das últimas quatro séries do Ensino Fundamental sendo duas delas escritas pelos irmãos Piletti, uma de 1991 e a outra de 2001 e uma coleção escrita por Montellato, Cabrini e Catelli do ano 2000. Com sua pesquisa, a autora pretende refletir sobre a importância dos exercícios e que esses fazem parte da história e principalmente da história ensinada. Com isso, busca-se compreender através dos exercícios que tipo de história pretende se ensinar em quais pontos principais os estudantes devem refletir.

Quando se trata especificamente de pesquisas que abordam as representações dos negros, a maior parte delas volta-se a compreender de que maneira eles são representados ao longo do período de escravidão, ou até mesmo numa perspectiva que englobe os negros em toda a História do Brasil, sem recortes específicos.

Um exemplo disso é a dissertação de Filho (2005) intitulada “Os Discursos Verbais e Iconográficos sobre os Negros em Livros Didáticos de História” que

analisa a representação do negro tanto em textos como em imagens e como os autores se apropriam dessas representações. Para isso, utilizou Livros Didáticos do Ensino Fundamental escrito por Nelson Piletti e Claudino Piletti, edições de 1986, 1997 e 2001, sendo após o advento da avaliação do PNLD em 1996, ambas aprovadas para distribuição nas escolas públicas. Utilizando livros dos mesmos autores, Filho busca entender as mudanças e permanências nas obras. O recorte dessa pesquisa encontra-se durante o período Colonial e Império, assim analisando os negros na função de escravos.

Outro exemplo é a dissertação intitulada: “As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História”, nela Carvalho (2006) volta seu estudo para como os negros são apresentados nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental adotados na cidade de Florianópolis no período de 1996 a 2004. Ela utilizou dois livros, um de quinta e outro de sexta série, ambos escritos por Nelson e Claudino Piletti, assim podendo perceber permanências e o que há de novo. A ideia principal da autora é observar as ausências e as distorções feitas sobre o negro na História e como isso afeta os estudantes negros. Como seu trabalho parte de livros adotados na cidade de Florianópolis na escola Almirante Carvalhal, ela faz um debate direto com a legislação municipal local, principalmente com uma Lei de 1994 que diz respeito aos conteúdos referentes a cultura Afro-brasileira e africana. Através de sua dissertação, busca entender se a lei municipal encontrava subsídios suficientes para suprir essa nova

demanda e usa da análise de conteúdos para analisar os Livros Didáticos.

2.4 METODOLOGIA DA PESQUISA:

Com base no levantamento feito sobre estudos recentes referentes a livros didáticos, ficou perceptível que a grande maioria dos trabalhos com esse material voltam-se para os livros do ensino fundamental e que os trabalhos que abordam a questão dos negros preocupam-se, em sua grande maioria com a forma que o negro é abordado ao longo do período escravocrata e por meio da análise feita com os últimos Guias dos Livros didáticos- de 2013 a 2017, ficou claro que a grande restrição desses materiais na atualidade é a abordagem do negro no período pós-abolição nos livros. Por esse motivo, a ideia desse trabalho é refletir como os negros são representados no período republicano através de livros didáticos do Ensino Médio- mais especificamente com o livro do terceiro ano, pois é somente nesse ano que a República é estudada neste ciclo.

Foram escolhidos livros do PNLD de 2015 por serem os mais atuais a estarem nas escolas (já que estes materiais fazem parte do triênio 2015, 2016 e 2017). O critério de seleção entre todas as coleções foi utilizar as 10 mais vendidas por serem as que estão em maior número nas escolas de todo o Brasil, atingindo diversos estudantes. Para isso, foram levantados dados disponíveis no site do FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- referente às coleções mais vendidas por componente curricular conforme a tabela a seguir:

TABELA 1- COLEÇÕES MAIS DISTRIBUÍDAS POR COMPONENTE CURRICULAR- ENSINO MÉDIO- HISTÓRIA, PNLD 2015.

Título da Coleção	Autor(a)	Editores	Livros/coleção
História, Sociedade e Cidadania	Alfredo Boulos Junior	FDT	1.385.765
História Global – Brasil e Geral	Gilberto Cotrim	Saraiva	997.744
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	Patrícia Braick e Myriam Becho Mota	Moderna	821.104
História	Ronaldo Vainfas, et Al.	Saraiva	594.275
Oficina de História	Flávio Campos e Regina Claro	Leya	592.771
Ser Protagonista História	Valéria Vaz	Edições SM	579.939
História Geral e do Brasil	Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo	Scipione	410.737
Novo Olhar História	Marco César Pelegrini; Adriana Dias e Keila Grinberg	FDT	401.642
História em Movimento	Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi	Ática	376.129
Conexões com a História	Alexandre Alves e Letícia F. de Oliveira	Moderna	327.079

Fonte: FNDE (2015), organizado pela autora

A ideia inicial do trabalho era utilizar essas coleções para todas as análises, mas algumas acabaram demandando mais tempo do que o esperado. Por esse motivo, optou-se por utilizar somente as cinco coleções mais vendidas nesses itens específicos.

Para essa pesquisa optamos por compreender como os negros são representados de maneira geral na República, buscando entender com que frequência aparecem, qual a relevância desses trechos se comparado a totalidade do livro, em quantas imagens eles aparecem e de que forma aparecem. Por isso, nos propomos a fazer tanto análises quantitativas como qualitativas. Os livros para esse trabalho foram emprestados e digitalizados de forma integral.

Em uma primeira análise geral das obras foi observado em quantas vezes os negros aparecem nos capítulos que tratam do período republicano, de que forma ocorrem essas aparições e qual é o espaço dado a eles nesses itens, se são simplesmente citados em alguns processos sem ser dado muita relevância ou se ganham um espaço maior de discussão e se quando eles ganham destaque isso acontece no texto integral ou em itens a parte. Para isso, foram realizados fichamentos dos livros identificando como foram citados nos processos. Por ser necessário bastante tempo para realizar esse item, optou-se por utilizar apenas as cinco coleções mais vendidas.

Pensando que não basta simplesmente os negros estarem inclusos nos livros didáticos, mas que é necessário compreender de que forma isso ocorre, uma outra análise foi feita separando todas as vezes em que eles aparecem em cada livro em cinco categorias distintas, sendo elas trabalho, opressão, cultura, reivindicação e rebeldia. Após classificar cada citação entre essas categorias, foi identificado o que predomina em cada uma das obras e o que predomina na totalidade delas. Nessa verificação foram utilizados os cinco livros mais vendidos do PNLD de 2015.

Partindo da ideia de que é importante para os adolescentes verem os negros representados pelas imagens existentes nos manuais didáticos e nos processos históricos, foi realizada uma terceira análise quantitativa das imagens presentes nos dez livros mais vendidos. Por meio dela, foram quantificadas as imagens que possuem figuras humanas existem em cada uma dessas obras e dessas quantas representam pessoas negras. Ainda, foram quantificadas as imagens que são impossíveis de verificar se as pessoas que aparecem nelas são negras ou não,

seja pela baixa qualidade da imagem, por estar distante ou por ter uma multidão representada. Isso foi transformado em tabela e foram descontadas as imagens indecifráveis das figuras humanas e depois transformado o valor de quantas representam negros em porcentagem.

Sendo o enfoque dessa pesquisa a República, foi feita uma segunda parte dessa análise, buscando compreender quanto por cento das imagens que representam negros nesses livros estão situadas nesse período. Para isso, foram cruzados os valores do total de imagens de negros no livro todo com o total no Período Republicano. Ainda, essas imagens existentes no período republicano foram classificadas se os representam de forma positiva ou negativa. Foram consideradas positivas as imagens que trazem os negros em cargos importantes, reivindicando seus direitos ou exaltando sua cultura e foram consideradas como negativas as imagens que remetem ao passado escravista dessas pessoas, que os trazem em situações inferiores aos brancos, em segundo plano, em situação de miséria ou submissão. E com todas essas variáveis foi construída mais uma tabela e feito uma comparação geral entre as dez coleções.

Para entender o quanto do total do livro representa os negros no Período Republicano, foi feito a contagem geral de palavras existentes em cada obra e a contagem separada de cada trecho representando os negros nesse período. Para isso, todas as obras foram digitalizadas. Posteriormente, foram convertidos os livros do arquivo .pdf - formato portable document file ou documento de formato portátil em arquivo .docx- arquivo do programa Microsoft Word. A partir disso foram usadas as ferramentas de contar palavras do referido software, tanto para o conjunto do livro quanto para trechos específicos selecionados. Foi elaborada uma nova tabela com as variáveis citadas acima e com o quanto os trechos referentes aos negros equivalem do total de cada livro em porcentagem. Ainda foi realizado um comparativo geral entre as obras

3. OS NEGROS NA REPÚBLICA: REPRESENTAÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS

Nesse capítulo serão apresentados os resultados obtidos por meio das análises realizadas nos livros didático das coleções mais vendidas no ano de 2015 e destinadas ao Ensino Médio, distribuídas para as escolas públicas. Vale ressaltar que devido ao fato dessa pesquisa objetivar-se a entender as representações dos negros ao longo da República, só foi utilizado um volume de cada coleção, especificamente o do terceiro ano, pois é somente nesse volume que esse período da história é abordado.

3.1 AS COLEÇÕES ANALISADAS

Antes de serem abordadas as análises é necessário conhecer melhor os livros didáticos que foram utilizados para a pesquisa, quem os escreveu, como se estruturam, o que tratam como importante e como subdividem os conteúdos. Ainda, é importante ressaltar que a única análise que utiliza as 10 coleções é referente à contagem de imagens, as demais foram feitas com as cinco coleções mais vendidas.

O livro *História Sociedade e Cidadania* foi escrito por Alfredo Boulos Júnior, que é doutor em educação, tendo experiência de docência em colégios públicos, privados e em cursinhos pré-vestibulares. Esse livro foi editado pela FTD. Ele traz como fundamental conhecer a História para saber orientar-se no tempo, identificar rupturas e permanências e como formadora de opinião. Esse material é dividido em cinco unidades, nessas unidades estão contidos 13 capítulos e esses capítulos se dividem entre História Geral e História do Brasil. Ao todo, são 7 capítulos que retratam o Brasil Republicano.

O livro *História Global- Brasil e Geral* foi escrito por Gilberto Cotrim, que possui a formação de mestre em Educação, Arte e História da Cultura, é professor de História na rede particular e é formado em direito. A editora responsável pelo livro é a Saraiva. O autor descreve como objetivo do livro fazer relações entre o passado e o presente. Ele está dividido em 4 unidades, que estão subdivididas em 15 capítulos. As unidades são divididas entre as que se referem à história geral (sendo duas), e as que se referem à história do Brasil (as outras duas). Se tratando dos capítulos, são 7 que retratam o Brasil.

O livro *História das Cavernas ao 3º Milênio* foi escrito por Patrícia Ramos Braick- mestre em Histó-

ria e professora de ensino médio- e Myriam Becho Mota- mestre em História e professora de ensino médio e superior. A editora responsável por esse manual é a Editora Moderna. As autoras colocam como principal objetivo do livro ajudar os estudantes a compreender o passado par refletir sobre a atualidade e formar cidadãos críticos. Esse material divide-se somente em capítulos, sendo 13 no total e eles mesclam na maioria deles a história geral e do Brasil.

O livro *História* foi escrito por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, todos doutores em História Social. A editora responsável pelo livro é a Editora Saraiva. Os autores colocam como foco principal do livro formar pessoas críticas e conscientes e conhecer o passado para compreender o presente. O livro se divide em 3 unidades, as quais se dividem em 16 capítulos, dos quais 5 debatem a História do Brasil e 11 a História Geral.

O livro *Oficina de História* foi editado pela Editora Leya e foi escrito por Flavio de Campos- professor doutor do Departamento de História da USP- e Regina Claro- mestre em História social e especialista em História da África e Afro-americana. Elas trazem como principal objetivo fazer com que os estudantes assumam posturas críticas por meio do conhecimento da História. Esse manual didático está dividido em 9 capítulos que mesclam conteúdos referentes à História Global e do Brasil.

O livro *Ser Protagonista História* é uma obra coletiva, tendo como editora responsável Valéria Vaz que é mestre em Artes Visuais, licenciada em História e professora do Ensino Fundamental. Essa obra coloca como principal objetivo de estudar História é saber situar-se no presente. Ele é dividido em 3 unidades, que são subdivididas em 19 capítulos, sendo 6 referentes à História do Brasil.

O livro *História Geral e do Brasil* foi escrito por Claudio Vicentino- bacharel e licenciado em Ciências Sociais e professor de História no Ensino Médio- e Gianpaolo Dorigo- mestre em filosofia e bacharel licenciado em História. A Editora Scipione é responsável pela edição desse material. Ele traz como principal objetivo do livro mostrar as várias faces da História para que o estudantes possa aprender a formar sua opinião. O livro possui 2 unidades, que subdividem-se em 13 capítulos, sendo 6 deles referentes à História do Brasil.

O livro *Novo Olhar História* foi editado pela FTD, tem como autores Marco César Pellegrini,

que é graduado em História, Adriana Machado Dias, especialista em História Social e Ensino de História e Keila Grinberg, doutora em História Social e Professora do Departamento de História da UNIRIO. Eles trazem como principal objetivo de estudar História é conhecer de onde vem a realidade atual e para formar cidadãos críticos. Esse material se divide em 12 capítulos, sendo 5 deles sobre o Brasil.

O livro *História em Movimento* tem como autores Gislane Azavedo, que é Mestre em História Social, e Reinaldo Seriacopi, que possui bacharelado em Língua Portuguesa e especialização em História. Eles colocam como principal objetivo de aprender História é aprender a refletir sobre o presente de maneira crítica. Esse material didático é dividido em 4 unidades que subdividem-se em 21 capítulos.

O livro *Conexões com a História* editado pela Editora Moderna e escrito por Alexandre Alves, doutor em Ciências tendo como área de concentração a História Econômica, e Letícia Fagundes de Oliveira, mestre em Ciências tendo como área de concentração a História Social. O principal objetivo do ensino de História para eles é a capacidade de entender os fenômenos do passado de forma crítica e através deles pensar no futuro que busca-se construir. Essa obra se divide em 4 unidades, que se subdividem em 12 capítulos, que mesclam entre eles História Geral e do Brasil.

3.2 OS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICO: ANÁLISE GERAL DAS OBRAS

Nessa primeira análise foi realizado um levantamento de quantas vezes os negros são citados ao longo do texto dos livros didáticos nesse período e em quais momentos e de que forma isso acontece. Após isso, foi descrito como isso ocorreu em cada obra. Devido à grande demanda de tempo para realizar essa parte do trabalho e por analisar a obra de forma integral, optou-se por trabalhar apenas com os cinco livros mais vendidos do PNLD de 2015.

No livro *História Sociedade e Cidadania*, o livro mais vendido, os negros aparecem 14 vezes ao longo do período republicano. A primeira aparição ocorre em um item a parte intitulado *Para Refletir*, nele aparece a presença dos capoeiras nas eleições desde o Império até a República, que mesmo sendo combatidos nesse período, continuavam sendo usados nas eleições e cita durante esse texto as observações dessa prática feitas por Lima Barreto.

Ao lado, contém uma foto deste escritor seguido de uma breve explicação de quem ele era, de sua origem pobre, que ele era afrodescendente e sua luta contra as injustiças na Primeira República. Ele volta a citar os negros na política de branqueamento da Primeira República, mas simplesmente diz que só aceitavam imigrantes vindos dos países europeus devido às teorias racistas que apresentavam a superioridade dos brancos, sem fazer uma discussão mais ampla sobre isso.

A próxima menção ocorre quando está sendo abordada a Revolta de Canudos e diz que entre os quatro sobreviventes havia um negro, que depois foi assassinado assim como os outros três sobreviventes, mas em nenhum momento é mencionado o grande número de negros presentes em Canudos. Quando é abordada a questão da modernização do Rio de Janeiro, há uma imagem da favela do Morro do Pinto em 1912, na descrição dessa imagem diz que as pessoas que foram expulsas dos centros urbanos passaram a viver nos morros e que muitas dessas pessoas expulsas eram afrodescendentes, mas isso ocupa a lateral de uma imagem sem problematizar mais essa questão que gerou inúmeras desigualdades presentes até a atualidade.

Quando se trata da Revolta da Chibata, o livro retrata que grande parte dos revoltosos eram afrodescendentes e problematiza a questão de que mesmo estando na Marinha, esses indivíduos só ocupavam os cargos mais baixos. Nesse mesmo trecho diz que a origem da revolta se deu pelo excesso de chibatadas dada no negro Marcelino Rodrigues e fala do seu líder João Candido- conhecido como almirante negro- contando que após a revolta ele foi preso e internado em uma clínica psiquiátrica e nunca mais recuperou seu cargo na Marinha. Ainda, cita que por ser ex-presidiário, negro e pobre sofreu pelo resto da vida para arranjar emprego. Ao lado desse texto há uma foto de João Candido.

Os negros voltam a aparecer quando é discutida a questão da política de massas feita por Getúlio Vargas em seu governo. Nessa parte, há uma imagem de Vargas e o Mestre Bimba e na descrição da imagem é explicado brevemente quem foi o Mestre Bimba e que Vargas liberou a prática da capoeira em 1937, sem maiores problematizações.

Em um item a parte intitulado *“Para saber mais”* é retratado o teatro e o racismo no Brasil no governo Dutra. Nesse item, é abordada a peça *Anjo Negro* escrita por Nelson Rodrigues, por meio da qual ele registrou toda sua indignação com o racis-

mo. Ainda cita que para interpretar o papel principal foi escolhido o ator negro Abdias Nascimento, mas foi censurada e para ser liberada, o papel do negro teve que ser interpretado por um ator branco pintado com graxa. Na lateral desse item há uma foto do ator branco pintado e no final do texto há uma pergunta questionando o que se pode perceber com base na censura da peça.

Novamente em um item a parte, mas dessa vez ocupando duas páginas do livro, há uma reflexão sobre o movimento negro no Brasil utilizando a arte como forma de resistência. Esse item aborda essas expressões artísticas de 1945 até 1964- quando esses movimentos ficam delimitados devido à censura exercida pela ditadura militar. Ainda, aparecem imagens de Abdias do Nascimento e na descrição dessa imagem é dito que ele foi um grande defensor da oportunidade para os afrodescendentes no Brasil, uma imagem de Solano Trindade juntamente com um trecho do seu poema “Tem gente com fome”, uma imagem da atriz negra Ruth de Souza atuando na peça “Quarto de despejo” e a imagem de Maria Carolina de Jesus, autora dessa mesma peça e negra. No final desse item há questões que fazem os estudantes refletir sobre as lutas dos negros naquele período e ligando com questões atuais, como a conquista da Lei 10.639/2003.

Uma nova menção aos negros é feita quando se aborda a elaboração da Constituição de 1988 e diz que vários movimentos sociais, como o movimento operário, indígena e negro participaram de forma decisiva nesse processo, mas sem discutir as reivindicações específicas de cada um desses movimentos. No fim da unidade três há um item intitulado “Debatendo e concluindo” e usa como fonte um texto que discute a importância do Rap como uma manifestação afro-brasileira contemporânea e em seguida traz questões que problematizam isso. Em uma nova citação breve, é retratado que o movimento negro juntamente com os demais movimentos sociais se opuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso, sem maiores discussões. Aparecem novamente quando é refletido sobre problemas atuais da sociedade e é abordada a desigualdade racial ainda existente através de dados estatísticos.

A última aparição dá-se numa atividade sobre o movimento de mulheres negras, na qual os estudantes são estimulados a debater sobre gênero e raça, conhecer e pesquisar sobre esses movimentos, suas conquistas e seus desafios.

O livro do terceiro ano da coleção História

Global- Geral e Brasil, o segundo mais vendido, faz apenas cinco menções aos negros no período republicano. No primeiro momento, o negro é citado quando é abordado que o voto na Primeira República era destinado apenas a uma grande minoria e que o que unia os cidadãos brasileiros em geral, como ex-escravos e seus descendentes eram o futebol e o samba. Eles voltam a aparecer numa questão do ENEM referente a proibição da capoeira.

Uma outra menção breve feita aos negros é quando falam que eles e mais alguns cidadãos foram para o centro de São Paulo em busca de melhores condições de vida. Em um outro momento cita os ex-escravos e seus descendentes entre as pessoas que se mudaram para Canudos, sem maiores problematizações. Novamente volta a citar personagens negros quando se refere a Revolta da Chibata. O livro fala brevemente sobre o líder João Cândido e diz que ele era conhecido como o Almirante negro, mas não reflete sobre o grande número de negros na Marinha e os cargos ocupados por eles.

No livro História das Cavernas ao 3º Milênio, o terceiro mais vendido, os negros são mencionados ao longo do texto 7 vezes. A primeira menção ocorre quando o livro aborda a Revolta da Chibata, neste trecho que ocupa uma página desse material é feito uma boa problematização sobre o grande número de marinheiros negros e os castigos aplicados a eles que remetiam a escravidão. Ao longo do texto é citado o líder da revolta, João Cândido, e na lateral desse texto há uma imagem de um jornal que retrata o julgamento do mesmo. Ainda sobre esse mesmo tema, em um item a parte intitulado “A revolta além da chibata”, é dito que a maioria das pessoas que iam para a marinha eram obrigados, muitas vezes recrutados nas ruas e que devido ao racismo existente nela, os negros não podiam almejar cargos mais altos e que após o término do conflito a situação dos negros nessa instituição ficou ainda mais difícil.

A segunda aparição acontece em um item a parte, mas dessa vez ocupando duas páginas do livro, intitulado “O prelúdio republicano”. Nesse item, as autoras debatem que no início do século XX a maioria dos moradores do centro do Rio de Janeiro eram negros e seus descendentes que ocupavam os casarões abandonados existentes nesse local, mas que com o começo da República e seus ideais de saneamento, modernização e reforma, esses indivíduos foram expulsos dessas moradias que foram demolidas e passaram a ocupar os morros em mo-

radias improvisadas, se distanciando da sociedade em geral. A próxima aparição ocorre quando está sendo abordada a questão do desenvolvimento cultural no governo de Vargas e nele é citado que Portinari ficou conhecido por retratar questões sociais e os negros, indígenas e mulatos, mas sem trazer maiores problematizações.

Quando se trata da produção cultural ao longo da Ditadura, os negros aparecem por meio de uma imagem do Tony Tornado e do Trio Ternura e somente na descrição da imagem é citado que as letras compostas por Tony eram reivindicações sociais e questionamentos a democracia racial propagada por esse regime, sem maiores questionamentos. Eles voltam a aparecer quando é abordada a elaboração da Constituição de 1988 e é citado que vários cidadãos conquistaram seus direitos, principalmente os que anteriormente não recebiam tanta atenção, como os negros e indígenas. Ainda fala que o racismo passou a ser um crime inafiançável e que as comunidades de remanescentes quilombolas tiveram garantidas por lei o direito de usufruir das terras conquistadas por seus antepassados.

A próxima aparição ocorre quando se aborda a questão de políticas afirmativas no Brasil. Nesse item é citado que existem leis que trazem benefícios a mulheres, deficientes, indígenas e negros. Ainda é mencionado o sistema de cotas para indígenas, negros e pessoas oriundas de escolas públicas e toda a polêmica existente entre as pessoas que são favoráveis a elas e as que são contra. No final desse item uma imagem de membros do movimento Eduafro protestando no Distrito Federal pela ampliação do sistema de cotas no ano de 2012. Na página seguinte, há um item intitulado “A luta dos negros” e nele são mostradas que as diversas conquistas dos negros não vieram de um dia para o outro, mas que foram resultado de várias lutas do Movimento Negro. Nesse texto, são mencionadas algumas leis conquistadas ao longo do tempo como o espaço na Constituição de 1988, a Lei Caó de 1989 e a Lei 10.639 de 2003. Esse item é finalizado mostrando que apesar de todas as conquistas, esses indivíduos ainda sofrem com a desigualdade racial, pois são poucos que chegam aos cursos superiores, mesmo existindo as cotas, a taxa de negros analfabetos é superior à de brancos e eles ainda recebem menores salários.

No livro intitulado História, o quarto mais vendido, os negros aparecem durante o período republicano cinco vezes. A primeira aparição ocorre quando se trata da modernização e busca de valores

européus para o Rio de Janeiro, mas que apesar disso, era impossível negar a existência da população negra e de sua cultura, que acabou se integrando com as demais. Na segunda menção, eles aparecem em um item a parte intitulado “Outra dimensão: resistência”, no qual é abordado as lutas do Movimento Negro ao longo dos anos de 1930 a 1945 por meio da imprensa e associações negras. Nesse mesmo item é retratada a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), sua difusão em todo o Brasil, a sua transformação em partido político que com o advento do Estado Novo foi dissociado, mas que nunca abandonaram sua luta.

A próxima aparição se dá quando é abordado o trabalho manual que ainda era desvalorizado por ser associado com a escravidão. Uma nova menção ocorre por meio de um item a parte intitulado “Outra dimensão: resistência”, que faz complemento ao quadro citado na unidade anterior. Nele é mostrado que as lutas do Movimento Negro iniciadas em 1930 tiveram continuação durante o período democrático. Ainda é abordada a questão do Teatro Experimental do Negro (TEN), a importância da participação de Abdias Nascimento dentro desse grupo e que eles usavam esse grupo como forma de valorização da educação, arte e cultura negra. A última situação em que os negros aparecem nesse material é quando é citado que nos anos finais da Ditadura Civil-Militar os movimentos sociais lutavam por causas específicas, não necessariamente relacionadas a forma de governo, entre eles, movimentos de bairros, de mulheres, de negros e homossexuais que acabavam fortalecendo a oposição a esse regime.

No Livro Oficina de História os negros são mencionados ao longo do período republicano apenas duas vezes. A primeira menção ocorre em um item a parte intitulado “História e Literatura”, por meio do qual é feito uma reflexão sobre o livro “Macunaíma o herói sem nenhum caráter” de Mário de Andrade. Nesse item, é abordado brevemente o movimento modernista e mostra que esse livro traz a representação do povo brasileiro como a mistura de brancos, indígenas e negros. A segunda aparição acontece quando é citado que de 1822 a 1850 o governo assegurou a continuidade da escravidão e somente a partir de 1850 passou a patrocinar a vinda de imigrantes, sem fazer maiores reflexões sobre os escravizados.

Por meio da análise dessas obras é possível perceber que se tratando da questão dos negros na República esses livros didáticos ainda tem muito o que evoluir. É notável que há enormes diferenças na for-

ma como os cinco materiais abordam essa questão durante esse período.

No livro de Alfredo Boulos Junior, os negros aparecem mais vezes e são debatidas questões importantes como o racismo existente durante o Período Republicano, as formas de resistência e a situação desses indivíduos na atualidade. É perceptível que o autor reconhece a presença das discussões historiográficas sobre esse tema. Além disso, esse é o livro que mais vezes eles são citados ao longo do texto. Apesar disso, eles ganham o papel de protagonistas apenas em itens a parte e não no texto integral.

No livro de Gilberto Cotrim os negros são citados poucas vezes e quando isso acontece é feito de forma rasa, sem fazer reflexões. Eles são simplesmente mencionados como participantes de algum processo, mas em nenhum momento é dado ênfase em todo preconceito e desvalorização sofrida por eles durante todo esse período e as consequências que isso causa até hoje. É dado pouco espaço as lutas desses indivíduos ao longo do tempo e quando eles aparecem nunca ocupam o lugar de protagonistas da história, mas sim de personagens secundários.

No livro de Patricia Braick e Myriam Becho Mota os negros são citados poucas vezes comparado ao mais vendido, mas ainda consegue debater de forma mais profunda questões referentes a esses indivíduos comparado com o segundo mais vendido. Essa obra consegue trazer textos e exercícios que fazem reflexões sobre a situação atual dos negros. É perceptível o reconhecimento por parte das autoras sobre a historiografia existente sobre o assunto, mas da mesma maneira que no livro História Sociedade e Cidadania, eles só ganham papel de protagonistas nos itens a parte.

Assim como o anterior, no livro História os negros são citados menos vezes que nos dois primeiros livros mais vendidos, mas faz uma reflexão bem mais aprofundada sobre a situação dessas pessoas nesse período que a segunda obra. O que esse material não traz é uma análise da situação dos negros na atualidade. Falta também ter pessoas negras como protagonistas ao longo do texto e não somente nos itens a parte.

Já o livro Oficina de História é bastante inferior aos demais. Ele traz somente duas breves menções sobre os negros, sendo que uma delas está apenas explicando parte de uma obra literária e na outra são retratados como indivíduos escravizados num passado próximo e como mão-de-obra que antecedeu a dos imigrantes.

3.3 EM QUE SITUAÇÕES OS NEGROS APARECEM REPRESENTADOS? ANÁLISE POR CATEGORIAS

Essa segunda análise foi feita pensando que não basta sabermos quantas vezes e como os negros aparecem nos materiais didáticos, mas sim em quais situações ocorrem essas aparições, para assim sabermos como são representados. Por isso, foram verificadas todas as vezes em que eles são citados nos livros didáticos e essas citações foram separadas em cinco categorias, são elas: situação de cultura, trabalho, opressão, reivindicação e rebeldia. Também há alguns trechos mais longos em que as menções a eles se enquadram em mais de uma categoria ao mesmo tempo. Da mesma forma que a análise anterior, por demandar mais tempo, foram analisados somente os cinco livros didáticos mais vendidos.

No livro História Sociedade e Cidadania, de Alfredo Boulos Junior os negros aparecem de forma cultural no período republicano quando é citado a presença dos capoeiras nas eleições ao longo do tempo. Esse modo de abordagem volta a aparecer em uma imagem de Wilson Simonal e Ataulfo Alves dois artistas negros. Uma nova menção que retrata a cultura negra é citada quando é abordada a liberação da capoeira por Vargas, e nisso é descrito que ela faz parte da cultura afrodescendente. Aparecem novamente numa imagem de Juscelino Kubitschek acompanhado de Pixinguinha e mais alguns artistas e na descrição da imagem é citado o nome de cada um com as atividades que realizavam. Por fim são abordados em um item a parte que fala sobre Milton Nascimento e seu legado artístico, esse item é acompanhado por uma foto do mesmo.

Se tratando de opressão, os negros aparecem quando é mencionada a teoria de branqueamento e que só aceitavam imigrantes europeus tendo por base as justificativas racistas existentes na época. Aparecem novamente dessa maneira na descrição de uma imagem da Favela do Morro do Pinto de 1912, mencionando que devido ao processo de urbanização e embelezamento dos centros das cidades, as pessoas que habitavam esses lugares anteriormente foram expulsas e essas transferiram-se para os morros formando as favelas e que grande parte dessas pessoas eram afrodescendentes. Uma nova menção que retrata opressão é feita quando é falado sobre os problemas do Brasil na atualidade e entre eles está a desigualdade racial.

Os negros aparecem na situação de reivindicação quando no mesmo trecho que fala sobre a pre-

sença dos capoeiras é citado a visão de Lima Barreto sobre essa prática e uma breve explicação de quem ele foi e sobre sua trajetória de luta contra as desigualdades sociais, entre elas o racismo. Novamente aparecem nessa situação quando é citado que o Movimento Negro participou ativamente na elaboração da Constituição de 1988, juntamente com os demais movimentos sociais. Voltam a aparecer quando é mencionado os grupos que se opuseram ao governo de Fernando Henrique Cardoso através do Movimento Negro. Ainda há uma sugestão de atividade que propõe uma pesquisa sobre o movimento de mulheres negras e para isso, os estudantes deverão entrar em contato com representantes desses movimentos para assim entenderem suas reivindicações.

Em alguns trechos os negros são mencionados de forma que engloba mais de uma das categorias citadas acima como quando é falado sobre a Revolta da Chibata, nela eles são retratados ao mesmo tempo como rebeldes e como pessoas que reivindicam o fim dos castigos físicos que a Marinha praticava. No item intitulado “Teatro e racismo no Brasil no governo Dutra”, os negros aparecem de três maneiras distintas: o teatro que é algo cultural e nesse momento servia como um lugar de reivindicação do racismo através da peça Anjo Negro, mas ao mesmo tempo mostra a opressão, pois a peça foi censurada por ter como protagonista o ator negro Abdias Nascimento e para que ela fosse liberada novamente, o autor Nelson Rodrigues teve que escalar um ator branco que era pintado com graxa. Já no item “Movimento negro no Brasil: arte e resistência” são citados vários artistas negros, entre eles Abdias Nascimento e Solano Trindade e a trajetória de lutas deles como parte do movimento negro e as diversas reivindicações que faziam por meio da arte. Em outro item a parte que fala sobre o Rap, ele aparece como uma arte surgida através da cultura negra e uma forma de reivindicar seus direitos através da arte.

A forma de abordagem predominante do negro ao longo do Período Republicano nessa obra é a de reivindicação, com apenas uma menção a mais do que os aspectos culturais. A única forma que não é retratada nesse material é em situação de trabalho.

No livro História Global- Brasil e Geral de Gilberto Cotrim os negros aparecem na situação de cultura em duas menções. A primeira ocorre quando é mencionado que o que unia a nação em torno de um sentimento na época eram o samba e o futebol, fazendo sucesso entre ricos e pobres, brancos

e negros. Aparecem nessa situação pela segunda vez num quadro que retrata uma roda de samba.

Os negros foram retratados na situação de trabalho duas vezes. Na primeira isso ocorre por meio de um quadro, no qual aparecem operários trabalhando e na segunda vez quando é citado que eles saem do campo e vão buscar melhores condições de vida nos centros urbanos.

Se tratando de opressão, os negros aparecem nesse material em três situações. A primeira acontece por meio de uma questão do ENEM que retrata a proibição da capoeira, prática afrodescendente, e a repressão sofrida por quem a praticava. Na segunda vez, aparecem quando é citado que o processo de modernização estabelecido no Brasil gerou uma grande exclusão desses indivíduos. Já a terceira aparição ocorre por meio de um quadro denominado os excluídos.

Em duas situações, os negros aparecem em mais de uma categoria ao mesmo tempo. Isso acontece quando é mencionado que haviam negros entre as pessoas que mudaram-se para Canudos, que foram tratados como rebeldes, mas ao mesmo tempo como pessoas que reivindicam suas precárias condições de vida. Quando é retratada a revolta da Chibata, novamente foram tratados como rebeldes e ao mesmo tempo como pessoas que reivindicam o fim dos castigos físicos e as más condições oferecidas a eles na Marinha.

A forma predominante em que os negros aparecem no livro de Gilberto Cotrim é em situação de opressão, com apenas uma menção a mais que as demais categorias. Tanto a situação cultural, de reivindicação, trabalho e rebeldia apareceram duas vezes ao longo desse material.

No livro História das Cavernas ao 3º Milênio, de Patrícia Braick e Myriam Mota, os negros aparecem na situação de trabalho por meio de imagens duas vezes. Na primeira, eles são retratados numa imagem que mostra pessoas trabalhando no período do Estado Novo. Na segunda imagem, eles aparecem através de um quadro de Portinari que retrata esses indivíduos trabalhando na produção de café.

Os negros são retratados como opressão de forma isolada apenas em uma situação no texto complementar denominado ‘O prelúdio Republicano’, no qual é mencionado que a República trouxe com ela os ideais de modernização, saneamento e reforma e que por meio disso, os negros que eram os habitantes dos casarões abandonados no cen-

tro do Rio de Janeiro foram expulsos e obrigados a alojarem-se nos morros.

Como forma de reivindicação, os negros aparecem por meio de uma imagem dos jagunços durante a Guerra do Contestado. Eles aparecem novamente em uma imagem dos dirigentes do sindicato dos guindasteiros e entre eles há um negro. Novamente são citados quando é abordada a Constituição de 1988 e que eles conseguiram conquistar direitos. Uma nova aparição ocorre por meio de uma imagem de uma manifestação contra o governo do Collor e nela há pessoas negras.

Em três situações os negros aparecem englobados em mais de uma categoria. Na primeira delas eles são citados na forma de reivindicação e opressão quando o livro aborda a Revolta da Chibata. Em forma de reivindicação eles aparecem quando é citado que haviam vários negros na marinha reivindicando o fim dos castigos físicos aplicados a eles naquele período e em forma de opressão quando diz que os negros sofreram repressão por parte da Marinha após a revolta. Na segunda situação os negros aparecem de forma cultural e de reivindicação quando é citado em uma breve passagem o Tony Tornado e o Trio Ternura, composto por negros, que compunham músicas- uma forma de manifestação cultural- com reivindicações sociais. São abordados pela terceira vez como forma de reivindicação e opressão quando são mencionadas as leis afirmativas que existem no Brasil que foram conquistadas pelos indígenas, mulheres, idosos, afrodescendentes e negros e ao lado desse texto há uma imagem de membros do movimento Eduafro protestando no Distrito Federal pela ampliação do sistema de cotas- mostrando os negros reivindicando seus direitos. Ao final do texto é indagado que apesar das conquistas, ainda há uma grande desigualdade racial no Brasil.

A situação predominante nesse material, com mais que o dobro de menções da seguinte é a categoria de reivindicação com sete menções. A situação de opressão é a segunda mais citada com três menções, seguida por trabalho com duas e cultura com uma menção, respectivamente. Nesse livro, em nenhum momento os negros são retratados em situação de rebeldia.

No livro História, de Ronaldo Vainfas et al., os negros aparecem como forma cultural apenas uma vez. Isso ocorre quando é citado que apesar da busca por valores europeus no Rio de Janeiro, a cultura negra conquistou grande espaço no co-

tidiano do brasileiro, mesclando a cultura erudita com a popular.

Como forma de trabalho, os negros aparecem somente uma vez quando é refletido sobre a dificuldade de convencer as pessoas a exercerem trabalhos manuais no início da Primeira República devido a associação dessa prática com a situação de escravidão sofrida pelos negros.

Esses indivíduos são retratados como forma de reivindicação em duas situações. A primeira ocorre em um item a parte que fala sobre as lutas e conquistas do Movimento Negro a partir de 1930 até 1945. A segunda situação ocorre quando é citado que o Movimento negro, entre outros movimentos fazia parte de grupos que se opuseram a Ditadura Civil-Militar.

Em uma menção, os negros aparecem ao mesmo tempo como forma de reivindicação e forma cultural. Isso ocorre em um quadro que se refere a luta do Movimento Negro após o fim do Estado Novo e início do período democrático. Nesse item é citado que os negros encontraram no teatro uma forma de reivindicar seus direitos e valorizar a sua cultura.

A forma que os negros mais aparecem nesse material didático é na situação de reivindicação, com apenas uma citação a mais que a situação de cultura, e esta com uma a mais que a de trabalho. Tanto a situação de opressão como a de rebeldia não aparecem nessa obra

No livro Oficina de História, de Flávio Campos e Regina Claro, como os negros aparecem apenas duas vezes ao longo de todo o texto, não há uma categoria que predomine. Na primeira menção eles aparecem de forma cultural, pois são retratados por meio da obra literária “Macunaíma um herói sem nenhum caráter” de Mario de Andrade como um dos elementos formadores da nação brasileira. Na segunda menção, eles aparecem englobados nas situações de trabalho e opressão ao mesmo tempo, porque é refletido sobre a permanência da escravidão e a preocupação com a mão-de-obra.

Por meio dessa análise pode-se perceber que a forma predominante que os negros são representados na maioria dos livros é em situação de reivindicação, o que pode ser considerado muito importante, pois dessa forma é traçada uma imagem positiva dessas pessoas como de quem luta por seus direitos.

3.4 ANÁLISE QUANTITATIVA DE IMAGENS:

Para essa análise foi quantificado o total de imagens existentes ao longo de cada livro, ao longo de todos os capítulos, independente se estão dentro da História do Brasil ou da Geral ou se estão ou não no período republicano. Dentre elas, foram quantificadas as quais representam pessoas (seja por meio de fotos ou pinturas), e entre as que representam pessoas, quantas representam os negros. Ainda apa-

recem nos livros imagens que representam pessoas, mas que é impossível identificar se são negras ou não, seja por serem imagens muito pequenas, ou de baixa qualidade ou ainda por representarem uma grande multidão, ou estarem em preto e branco. Essas imagens foram enquadradas na categoria chamada indecifráveis. No caso dessa análise, por não precisar de reflexões mais profundas, foram utilizados os dez livros mais vendidos do PNLD 2015. Através desses dados foi elaborada a tabela a seguir:

TABELA 2- REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS NAS IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Livro	Total de imagens	Figuras Humanas	Representações Negros	Indecifráveis
História, Sociedade e Cidadania	369	274	51	22
História Global – Brasil e Geral	209	149	13	28
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	285	224	33	22
História	246	206	15	28
Oficina de História	258	159	18	40
Ser Protagonista História	287	196	16	51
História Geral e do Brasil	389	283	17	62
Novo Olhar História	441	331	41	65
História em Movimento	278	183	21	29
Conexões com a História	306	193	18	43

Fonte: A autora

Para ficar mais fácil visualizar o que esses números representam efetivamente se tratando dos negros nessas obras, esses valores foram transformados em porcentagem. Para isso, foram pegadas a quantidade de imagens que representam figuras humanas, descontadas as indecifráveis e cruzado com os dados de quantas representam os negros.

Com isso, foram obtidos os seguintes valores: o livro História Sociedade e Cidadania tem apenas 20% de suas imagens representando os negros; o livro História Global- Brasil e Geral possui 11% das suas imagens representando esses indivíduos; o livro História das Cavernas ao 3º Milênio tem 16% de suas imagens representando negros; já o livro História tem apenas 8%; o livro Oficina de História 15%, o Ser Protagonista História 11%, o História Geral e do Brasil 8%, o Novo Olhar História 15%, O História em Movimento 14% e o Conexões com a História 12%.

O manual didático em que os negros aparecem em maior número é o livro História Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos Junior que apresenta 20% de todas as imagens que representam pessoas representando os negros. Isso é considerado um número baixo, pensando que ele abarca as imagens que representam pessoas em todos os capítulos do livro de forma integral, incluindo os que tratam particularmente da África.

Outro ponto importante é que oito dos dez livros utilizados para a verificação possuem mais de 10% das suas imagens representando pessoas negras, com exceção do quarto livro mais vendido o História e o sétimo livro mais vendido intitulado como História Geral e do Brasil.

Pensando nos livros de forma total é possível concluir que na hora de selecionar imagens para estarem presentes nos livros didáticos, as editoras e autores muitas vezes privilegiam imagens que re-

presentam pessoas brancas em diferentes processos, o que ajuda a inferiorizar o lugar dos negros na sociedade e que os adolescentes negros não sintam-se representados.

Como o foco dessa pesquisa é entender como os negros são representados no período republicano brasileiro, foi elaborada uma outra tabela com o objetivo de verificar quantas imagens dos negros estão presentes nesse período e perceber de que

forma eles são representados, se são positivas ou negativas. Além disso, foram cruzados os dados da quantidade total de imagem que representem os negros em todos os períodos do livro e quantas os representam na República e esse valor foi transformado em porcentagem para dessa forma saber qual é a porcentagem de imagens que representam os negros no Período Republicano. Com isso, foi elaborada a tabela abaixo:

TABELA 3- REPRESENTAÇÕES DOS NEGROS EM IMAGENS DOS LIVROS DIDÁTICOS AO LONGO DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Livro	Imagens negros	Representações Negros (%)	Imagens Positivas	Imagens Negativa
História, Sociedade e Cidadania	24	47%	21	3
História Global – Brasil e Geral	3	23%	0	3
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	13	39%	11	2
História	5	33%	4	1
Oficina de História	2	11%	1	1
Ser Protagonista História	3	19%	3	0
História Geral e do Brasil	6	35%	4	2
Novo Olhar História	14	34%	10	4
História em Movimento	7	33%	7	0
Conexões com a História	4	22%	3	1

Fonte: A autora

O livro em que os negros aparecem em maior porcentagem é o livro História Sociedade e Cidadania com 47% das imagens de toda a obra que representam negros aparecendo no Período Republicano. Há cinco livros que tem mais de 30% das imagens de negros nesse período, são eles: História das Cavernas ao 3º Milênio, o História, o História Geral e do Brasil, o Novo Olhar História e o História em Movimento, sendo respectivamente o terceiro, quarto, sétimo, oitavo e nono livros mais vendido. Entre os quatro manuais restantes, em dois as imagens que os representam aparecem ao longo da república em mais de 20% das imagens, sendo eles o História Global- Brasil e Geral- segundo na colocação de mais vendido e o livro Conexões com a História- o décimo mais vendido. Os outros dois livros possuem mais que 10% de imagens de negros nessa periodização. O livro Ser protagonista História tem 19% de imagens, já o Oficina de História apenas 11%.

Se tratando da classificação das imagens entre positivas e negativas é importante destacar que oito

dos dez livros mais vendidos do ano de 2015 apresentam em sua grande maioria representações dos negros na República de forma positiva. O livro Oficina de História só possui duas imagens de negros nesse período e uma é positiva e a outra negativa. Já o História Global- Brasil e Geral apresenta todas as suas imagens com representações negativas dos negros. Para essa classificação, foram consideradas como positivas imagens que retratam os negros lutando por seus direitos, buscando novas oportunidades, exercendo algum cargo ou profissão. Foram consideradas como negativas imagens que colocam os negros em situação de desvantagem em relação aos brancos ou que de alguma forma remete ao passado escravista.

3.5 O ESPAÇO OCUPADO PELOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISE QUANTITATIVA DE PALAVRAS

Buscando entender qual o espaço total de cada livro didático que é ocupado efetivamente pelos negros, foi realizada a contagem de palavras de cada um dos livros. Para isso, todos os materiais a serem utilizados foram digitalizados de forma integral e salvo no formato de pdf. Posteriormente, esses arquivos foram convertidos em arquivos de word para que as palavras pudessem ser quantificadas. Foram usadas as ferramentas próprias deste programa para realizar a contagem.

Primeiro foram verificadas as quantidades de palavras existentes no livro didático inteiro. Depois, fo-

ram selecionados as unidades, capítulos ou trechos de capítulos que retratam o Brasil ao longo da República e contabilizado o total de palavras que se referem a isso. Usando dos fichamentos feitos das obras para as análises gerais, foram selecionados os trechos que abordam os negros nesse período, sejam eles itens a parte ou apenas um parágrafo ou frase. O total de palavras de cada um desses itens foram sendo anotados e no final foi realizada a somatória de todos esses trechos para assim verificar o total de palavras referentes aos negros. Através do cruzamento dos dados referentes as palavras no Período Republicano e as que se dirigem especificamente aos negros obteve-se o valor em porcentagem que esta representa do total de cada obra. Os resultados podem ser observados na seguinte tabela:

TABELA 4- NÚMERO DE PALAVRAS REFERENTES AOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS AO LONGO DO PERÍODO REPUBLICANO

Livro	Total de palavras	Palavras na República	Negros na República	% Negros na República
História, Sociedade e Cidadania	121.420	43.677	3.459	8%
História Global – Brasil e Geral	116.224	54.888	1.182	2%
História: das Cavernas ao Terceiro Milênio	133.551	44.819	2.272	5%
História	129.872	45.604	1.069	2%
Oficina de História	156.164	55.381	522	0,9%

Fonte: A autora

O livro que melhor representa os negros nesse período é o História Sociedade e cidadania, mas de todo o espaço destinado ao Brasil no Período Republicano, em apenas 8% dele é ocupado por algum tipo de abordagem aos negro, ou seja, os outros 92% não trazem nada que se relacione a eles de forma específica. O segundo livro que melhor traz essa questão é o História das Cavernas ao 3º Milênio, com apenas 5% do livro voltando-se a essa temática. Os livros História Global- Brasil e Geral e História trazem os negros representados em apenas 2% do texto referente à República. O livro que pior os representa é o Oficina de História, trazendo menos de 1% do espaço ocupado pelos negros.

Pensando nas cinco coleções é visível que em nenhuma das obras os negros estão retratados em mais de 10% da totalidade referente ao período estudado. Isso é algo preocupante, pois até mesmo os livros que trazem itens a parte e tentam abordar essa questão a faz de forma rasa ou destinando pouco espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das análises realizadas com os livros didáticos do Ensino Médio destinados ao terceiro ano foi possível perceber que de forma geral o espaço dado aos negros quando se trata do Período Republicano nesses livros é mínimo. Mesmo considerando que já se passaram mais de dez anos da promulgação da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana e que esse fator é levado em conta pelas equipes de avaliadores de livros didáticos, sendo considerado critério de exclusão, esses livros ainda têm muito o que evoluir quando se trata das questões que envolvem os negros.

Através da análise quantitativa de palavras foi possível perceber que o espaço que é efetivamente disponibilizado aos negros ao longo da República é muito pequeno. O livro que mais tem espaço destinados aos negros traz apenas 8% da totalidade que aborda esse período. Ainda há o livro que possui menos que 1% da totalidade de palavras se referindo a esses indivíduos. Isso significa que mais de 90% dos trechos que referem-se ao Brasil na República em todos os livros não traz nada referente a população negra.

A análise geral de imagens aponta para o mesmo caminho. O livro didático que mais traz negros por meio de imagens o faz somente em 20% da sua totalidade, ou seja, mais de 80% das imagens dos livros são representações de pessoas brancas. Pensando que essa análise abarca o manual didático de forma integral e não somente o Brasil na República e sabendo que nesses livros estão presentes conteúdos referentes à África ou as lutas dos Movimentos Negros dos Estados Unidos por direito, verifica-se que a escolha de imagens para estarem nos livros está sendo feita de forma a privilegiar a representação dos brancos.

Quanto a análise das imagens destinadas especificamente ao Período Republicano, apesar de um dos livros possuir praticamente a metade das imagens desse período representando negros, isso não ocorre com os demais livros. Comparando os números das imagens que se referem à totalidade do manual didático ao que representa as imagens de negros somente na República fica perceptível que essas pessoas aparecem em um número superior quando se trata do Brasil.

Por meio da análise geral das obras foi possível perceber que até mesmo nos livros que os negros aparecem mais vezes, eles nunca ganham o papel de protagonistas no texto geral. Isso só acontece nos itens a parte, quando trazem alguma reflexão voltadas

a eles. Uma hipótese dos motivos disso ocorrer pode ser a pressão das Leis e da exigência que os livros possuam certos conteúdos para serem aprovados pelo Ministério da educação, por isso seria mais fácil incluí-los em quadros apartados do que modificar um texto completo já existente.

Ao se referir ao livro didático ideal e o que ele deve possuir, Rüsen (1997) indaga que os livros didáticos devem trazer relações com a vida cotidiana dos estudantes. Um ponto interessante é que apesar de praticamente todos os autores colocarem como objetivo do ensino da História entender o passado para pensar em suas ações do presente, na prática são poucas as vezes que esses livros refletem sobre a relação passado-presente no período em que se pauta essa análise.

Porém, no que se refere a análise das situações em que os negros aparecem nos livros didáticos, pode-se considerar como positivo o fato de que entre todas as categorias elencadas a que predominou na maioria dos livros foram as situações em que eles estão reivindicando seus direitos. Isso é um passo muito importante, pois ver os negros reivindicando seus direitos faz com que os estudantes compreendam as diferentes trajetórias desses indivíduos e os deixem de associar diretamente com o que remete a escravidão.

A mesma coisa pode-se pensar por meio da análise das imagens que trazem os negros na República classificadas entre positivas e negativas. A grande maioria desses materiais possuem imagens que representam esses indivíduos de forma positiva.

Outro fator a se considerar é que existem grandes diferenças entre as coleções analisadas. Se tratando das cinco que passaram por todas as análises, o livro História Sociedade e Cidadania é superior aos demais em todos os aspectos analisados. Ele é o que mais traz menções aos negros, o que destina um maior espaço efetivo para essa discussão, o que tem mais imagens representando os negros na totalidade da obra e no Período Republicano e o que possui o maior número de imagens positivas se referindo a eles. Esse é também o livro mais distribuído a todo o Brasil, tendo mais de 300 mil exemplares a mais que o segundo mais vendido. Isso pode ser considerado como um fator positivo, pois o livro que melhor representa os negros é o que entrou em contato com o maior número de estudantes.

O livro História Global- Brasil e Geral dá muito pouco espaço para a questão dos negros. Nesse material, as menções feitas a eles são rasas, trazendo-os como parte de um processo e nunca discute mais a

fundo a situação na qual eles se encontravam. Além disso, todas as imagens que retratam os negros na República fazem isso de maneira negativa. O mesmo ocorre com o livro *Oficina de História*, que faz somente duas breves menções a eles, sem nenhum tipo de problematização e ainda tem menos de 1% do seu texto referindo-se a essas pessoas. A esses dois livros falta dar mais espaço aos negros e dar ênfase as diversas lutas exercidas por eles nesse período.

Tanto o livro *História das Cavernas ao 3º milênio* quanto o livro *História* trazem discussões sobre os negros e os representam na maioria das vezes de forma positiva, apesar de isso acontecer com menos intensidade do que no livro *História Sociedade e Cidadania*.

Pensando em todos esses pontos levantados até aqui, é importante que os conteúdos que se referem aos negros no período republicano nesses livros sejam aprofundados e que o espaço dado a eles seja maior, pois eles estão diretamente ligados à formação da consciência histórica dos estudantes, o que pode contribuir diretamente para como esses eles se identificam e identificam aos demais, assim aumentando-se o preconceito e a discriminação.

Sabe-se que o ensino de História não é o único influenciador na formação da consciência histórica dos estudantes, mas que os fatores externos à escola também influenciam, como as mídias, a família, a religião, entre outros. Leva-se em consideração também que esses materiais dependem de como serão utilizados pelos professores e qual leitura os alunos farão deles e o que efetivamente levarão em consideração. Por isso, não se deve considerar os livros didáticos como um fator isolado, mas pertencentes a uma cultura histórica.

Se tratando das desigualdades, conforme José D'Assunção Barros (2009, p.24) "qualquer desigualdade que esteja sendo imposta a algum grupo ou indivíduo está sujeita ela mesma à já mencionada circunstancialidade histórica, sendo em primeira ou última instância reversível."

Por esse motivo, como já refletido ao longo desse trabalho, acredita-se na capacidade do ensino como lugar estratégico para o rompimento de preconceitos e que por meio dele e dos livros didáticos, sejam quebradas barreiras envolvendo a discriminação racial que ainda é tão presente no Brasil. Por isso, espera-se que cada vez mais os livros didáticos tragam maiores espaço aos negros e suas lutas.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, W. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização do Brasil, breve comentário. *História Social*, n. 19, p. 91-108, 2010.

BARROS, J. D. A construção social da cor. In: _____. **A Construção Social da Cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 50-53

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013: história: ensino fundamental: anos iniciais**. Brasília, 2012.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2014: história: ensino fundamental: anos finais**. Brasília, 2013.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: história: ensino médio**. Brasília, 2014.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2016: História: ensino fundamental anos iniciais**. Brasília, 2015.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2017: história - Ensino fundamental anos finais**. Brasília, 2016.

BITTENCOURT, C. M. F. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez. 2004.

CARDOSO, O. Para uma definição de Didática da História. *Revista Brasileira de História*, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CARVALHO, A. A. de M. C. de. **As Imagens dos Negros em Livros Didáticos de História**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CARVALHO, R. A. **As Imagens em Livros Didáticos de História: Leituras de Representações de Mulheres Negras**. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural- História Cultural: Escritas, circulação, leituras e recepções. USP, São Paulo, nov. 2014.

CASSIANO, C. R. de F. **Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI**: história das principais editoras e suas práticas comerciais. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 287-312, jul./dez. 2005

CERRI, L. F. **Os conceitos de Consciência Histórica e o desafio da Didática da História**. *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2, Inverno 2001.

CERRI, L. F.; FERREIRA, A. R. Notas sobre as demandas sociais de representação e os livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, M. D.; STAMATTO, M. I. S. **O livro didático de história**: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal: EDUFRRN, 2007. P. 74-86.

DURANTE, H. **O orfeão e a ingoma**: pedagogias negras nas primeiras décadas do Brasil republicano. *Revista PUC Viva*. n. 28, p. 43-52, out./dez. 2006.

FARICELLI, M de F. **Conteúdo pedagógico da História como disciplina escolar**: exercícios propostos por Livros Didáticos de 5ª a 8ª série. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) História, Política e Sociedade, PUC-SP, São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: DIFEL, 1971.

FERREIRA, A. R. Mediação Didática e Circulação do Conhecimento. In: **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005a. p. 1-9.

_____. **Representações da História das Mulheres no Brasil em Livros Didáticos de História**. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005b.

FERREIRA, S. N.; SILVA, H. M. S. Um olhar sobre a trajetória política do Livro Didático no Brasil. In: **Anais da XII Semana de Licenciatura**, IF, Jataí-GO, p. 209-215, out. 2015.

FILHO, J. B. da S. **Os discursos Verbais e Iconográficos sobre os Negros em Livros Didáticos de História**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais,

Belo Horizonte, 2005.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **PNLD 2015- coleções mais vendidas por componente curricular-Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>, acesso em: 04/04/2017.

GALZERANI, M. C.B. Belas Mentiras? A Ideologia nos Estudos sobre livro didático. In: PINSKY, J. **O Ensino da História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 105-109.

GOBBI, I. **A Temática Indígena e Diversidade Cultural nos Livros Didáticos de História**: Uma Análise dos Livros Recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, UFSC, São Carlos, 2006.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAE, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

JANZ, R. C. Lei 10.639/03: **O que os alunos do 1º ano do ensino médio sabem sobre a História Africana e Afro-brasileira?**. 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidade-Área de Concentração: História, cultura e identidades)- Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

LIBERAC, A.; PIRES, C. S. “Associações de Homens de Cor” Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 69-89.

MARIANO, N. R. C. **A Representação sobre os Índios nos Livros Didáticos de História do Brasil**. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Popular, Comunicação e Cultura. Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2006.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. **O Livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MUNAKATA, K. História que os Livros Didático contam depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectivas**. São Paulo: Contexto, 1998.

MUNANGA, K. A redemocratização de 1945 e a crise do mito de democracia racial: Uma vista panorâmica. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 131-140.

MURINELLI, G. R. História Afro-brasileira nos livros didáticos: Um estudo a partir da Lei 10.639/03. In: **Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**, 8, 2010, Londrina, PR. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas- SEPECH. Londrina: Edue, 2010. P. 856-871.

NASCIMENTO, A. P. do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – o pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 11-26.

ORTIZ, R. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 13-35.

_____. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 36-44.

PEREIRA, A. A. O movimento negro no Brasil, a partir do início do século XX. In: _____. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. p. 109-141.

_____. A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: primeiras organizações e estratégias (1971-1995). In: _____. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013. p. 217-323.

PEREIRA, J. S. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária?** Desafios do ensino de história no imediato contexto pós-Lei nº 10.639. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 41, p. 21-43, jun. 2008.

RÜSEN, J. **Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão**. Trad. Marcos Kusnick. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07-16, jul/dez. 2006.

_____. **El libro de texto ideal: reflexiones entorno a los medios para guiar les clases de historia**. Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia, n. 12, p. 79-93, 1997.

SADDI, R. **Didática da História com sub-disciplina da ciência histórica**. História e Ensino, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SANTOS, S. R. do N. **Abre as asas sobre nós**. Revista Espaço Acadêmico, nº 173, p. 15-22 out. 2005.

SIQUEIRA, J. J. A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a Questão do Negro no Brasil. In: SALGUEIRO, M. A. A. (Org.). **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 107-129.

SOUZA, A. M.; GERMANO, A. S. de M. Análises de Livros Didáticos de Física quanto a suas abordagens para o conteúdo de física nuclear. In: **XVII Simpósio Nacional de Ensino de Física**, Vitória, 2009.

WATTHIER, L. **A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação de identidade dos alunos**. Revista Urutágua, Maringá, n. 16, p. 47-54, ago./nov. 2008.

ZAVALA, A. **Para leer un manual de historia**. Una mirada desde la herramienta de analisis. Secuencia, n. 90, p. 177-189, set./dez. 2014.